



# Anais da Assembléia

Nº 39

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE ABRIL DE 1990

ANO XVI

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 23.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 1990

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Algaci Túlio.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrarini Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Villela e Vera Agibert. (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. - Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

As aparências nos dão conta de que não há quórum, por isto eu requiero verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - As aparências as vezes enganam, Deputado.

O SR. PEDRO TONELLI - Às vezes, sim, mas,

quase sempre não. Então nós vamos conferir quem é que tem razão.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, nós queremos chamada nominal.

(O Senhor 1º Secretário procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam à chamada vinte e seis Senhores Deputados.

A Mesa congratula-se porque vamos ter o prazer de ouvir o Deputado Pedro Tonelli, senão tivesse número nós não teríamos este prazer. V.Exa. está com a palavra.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, demais representantes nesta sessão desta terça-feira.

Inicialmente, solicito a S.Exa., o Presidente, que me inclua no Horário das Lideranças, conforme procedimento adotado na sessão de ontem, porque eu tenho certeza de que os meus cinco minutos não serão suficientes, porque eu tenho dois assuntos de interesse para abordar neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Atendido. Aprovada a Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Indicação:

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tenho a satisfação de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, que por decisão unânime dos nobres Deputados Companheiros de Partido, fui indicado para exercer a função de Líder da Bancada do Partido da Frente Liberal, nesta Augusta Casa de Leis.

Sirvo-me da oportunidade para renovar a disponibilidade desta Liderança e os protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(a) JOÃO ARRUDA

Líder do PFL

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 840

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime

de Urgência, e inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 398/89, que concede a MARIA RODRIGUES DA SILVA, viúva do ex-Prefeito de Jardim Alegre, Senhor José Lopes da Silva, pensão mensal no valor de 2 (dois) salários-mínimos.

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 827

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação para o Projeto de Resolução n° 101/89 Mensagem n° 124/89 ex-Proposição n° 92/89 que se encontra na pauta a Ordem do Dia de hoje, 17/abril, para votação em "2.ª Discussão". É o que Requer.

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

#### REQUERIMENTO N° 828

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na Ordem do Dia da próxima sessão, o Projeto de Lei n° 21/90 que trata da obrigatoriedade da execução dos HINOS NACIONAIS e do PARANÁ, nas festividades esportivas e nos estabelecimentos de ensino.

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### REQUERIMENTO N° 829

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na Ordem do Dia da próxima sessão, o Projeto de Lei sob n° 20/90, que concede incentivos fiscais destinados ao reflorestamento (nativas, exóticas e frutíferas).

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### REQUERIMENTO N° 841

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto do art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a Constituição da Assembleia em Comissão Geral de Plenário, no próximo dia 18 de abril de 1990, durante a sessão plenária, para apreciação e parecer às Proposições de n° 43/90 e 44/90, que aliena aos Senhores Luiz Sartório e Nelson Piovesan, imóveis da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, Estado do Paraná.

Sala das Sessões em, 17.04.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 851

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, Constituição da Assembleia em Comissão Geral de acordo com o artigo 35 do Regimento Interno, para apreciar o Projeto de Resolução número 009/90, que autoriza o plebiscito em Bom Sucesso. Distrito de Pato Branco, para a criação do Município de Bom Sucesso do Sul, e ainda o Projeto de Lei número 032/90, que cria o Município de Dr. Antonio Paranhos, a ser desmembrado do município de São Jorge D'Oeste, na sessão plenária do dia 18 de abril de 1990, às 14:30 horas.

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

#### REQUERIMENTO N° 857

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a Constituição da Assembleia em Comissão Geral de Plenário, para apreciação e parecer do Projeto de Lei n° 392/89, de minha autoria, que autoriza o Poder Executivo a consolidar e renegociar a dívida da Cidade Industrial de Curitiba - CIC, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 854

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que o Projeto de Lei n° 204/90 seja recolocado na Ordem do Dia para que os integrantes desta Casa tenham oportunidade de apreciá-lo, discuti-lo e votá-lo.

Não há razão substancial que justifique a retirada da Ordem do Dia do referido projeto, objetivo de demorado estudo e que oportunamente é submetido a apreciação do Legislativo.

Convicto de que nenhum integrante desta Casa se recuse a discutir uma proposta que pode contribuir para aperfeiçoar as relações de trabalho no âmbito do funcionalismo, enquadrando em Quadro próprio Jornalistas, Relações Públicas e Publicitários, o autor deste requerimento espera ver incluído na Ordem do Dia da próxima sessão este projeto.

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(a) PEDRO TONELLI

Apoiamento: Paulo Furiatti,

Duílio Genari,

Nereu Carlos Massignan,

José Rogério Carvalho,

Orlando Pessuti,

Algaci Túlio,  
Basílio Zanusso,  
Tadeu Lúcio Machado,  
Valderi Mendes Vilela,  
Namir Piacentini,  
Eduardo Baggio,  
Lauro Lobo Alcantara e  
uma ilegível.

## REQUERIMENTO N° 825

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

## REQUERIMENTO N° 847

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia e o envio às Comissões competentes, para receber o devido parecer, do Projeto de Lei n° 215/90, que regulamenta o art. 45, da Constituição do Estado.

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

## REQUERIMENTO N° 848

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam retirados da Ordem do Dia, pelo prazo de 10 Sessões, os Projetos de Lei constantes da Ordem do Dia de hoje, a seguir especificados:

22/90 - que autoriza o DETRAN a elaborar o Plano de Cargos e Salários;

23/90 - que estabelece critérios para liquidação de débitos do Estado junto ao IPE;

27/90 - que isenta os servidores inativos da contribuição ao IPE.

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

## REQUERIMENTO N° 849

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia e o envio às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, a fim de receberem o devido parecer, dos Projetos de Lei a seguir especificados:

25/90 - que cria, no âmbito do IPE, o

Hospital do Servidor.

26/90 - que isenta do ICMS a aquisição de veículos para o serviço de táxi de profissionais autônomos.

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

## REQUERIMENTO N° 850

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada do Projeto de Lei n° 215/90, para ser ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

## REQUERIMENTO N° 843

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do Dr. OSMAN CALDAS, ocorrido dia 13 próximo passado, nesta Capital.

REQUER, ainda, que da decisão do Plenário seja dada ciência a seus familiares, sito à Rua 13 de Maio, 1001, ap. 2, nesta cidade.

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(a) CANDIDO BASTOS

## JUSTIFICATIVA:

O Dr. Osman deixa lamentar sua morte Sra. Arlete Caldas, suas filhas, parentes e amigos.

Dedicou os melhores anos de sua vida à justiça, deixando por onde passou, exemplos de dignidade, responsabilidade e honradez.

Na Comarca de Guarapuava como Promotor de Justiça, pelas suas decisões claras e inequívocas, goza do respeito de toda a comunidade, onde com a esposa e as suas três filhas toda a sociedade lhe abria as portas.

O passamento do justo esposo, pai e amigo, deixa profundo pesar naqueles que tiveram a felicidade de seu convívio, por onde passou.

## REQUERIMENTO N° 844

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Remo Ducci, ocorrido em 02 de abril próximo passado.

Tal passamento vem enlutar tradicional família, deixando para seus entes queridos uma lacuna difícil de ser preenchida.

Requer, ainda, que, da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Simão Bolívar, 646

- ap. 03, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 27.04.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

# REQUERIMENTO N° 837

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de saudades ao Presidente Tancredo Neves, pela passagem do 5° aniversário de sua morte.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a Senhora Risoleta Neves.

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

Transcorridos cinco anos da morte do Presidente Tancredo Neves, ainda se encontra viva em nossa memória a mensagem que ele nos deixou demonstrando a permanente preocupação com os problemas do Brasil e reafirmando sua confiança no futuro do país que tanto amou.

O carinho e o respeito que o povo brasileiro sempre devotou ao seu baluarte Tancredo Neves, hoje é revivido por todos neste exato momento em que nosso país experimenta nova fase de transformações com o início de novo governo.

É verdade que a ausência do Presidente Tancredo Neves nos deixou um grande vazio, uma imensa dor, um sentimento de frustração. Mas mesmo na grande saudade que marca o 21 de abril encontramos conforto e alento ao lembrarmos suas palavras: as palavras que ele escreveu mas que infelizmente não chegou a pronunciar. Mas que ficaram escritas. Não queremos recordá-las só por homenagem, mas para que possam ser refletidas e adotadas, pois este país está precisando muito. Desejamos portanto, que o nosso preito de saudade e respeito possa se resumir nas citações do grande estadista:

- Enganam-se os que imaginam possível levantar uma Nação rica e poderosa sobre os ombros de um povo explorado, doente, marginalizado e triste. Uma Nação só crescerá quando crescer em cada um de seus cidadãos, no conhecimento, na saúde, na alegria e na liberdade.

- Chega de proclamarmos, para aplacar a consciência, o direito de todos ao trabalho. É hora de transformar tais intenções em fatos concretos. É hora de pagar salários justos aos que produzem.

- A austeridade não deve ser apenas um vocábulo de efeito político, mas rigoroso compromisso do Poder.

- Teremos de colocar ordem imediata na administração econômica.

- Enquanto houver neste país, um só

homem sem trabalho, sem pão, sem teto, e sem letras, toda a prosperidade será falsa.

- Não teremos a pátria que Deus nos destinou enquanto não formos capazes de fazer de cada brasileiro um cidadão em plena consciência dessa dignidade.

Muitas outras sentenças do Presidente Tancredo Neves poderiam aqui ser incluídas. Mas, acreditamos que estas são significativas.

# REQUERIMENTO N° 824

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Coronel Darcy Cooper, Chefe da Casa Militar, solicitando informações, o mais breve possível, sobre as seguintes aeronaves: Custo Operacional = PP-EUE-KING AIR; PP-EUS; PP-EIK SENECA III; PP-EIF - CITATION 500. Custo de Revitalização = PP-EUE - KING AIR.

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(a) FERRARI JÚNIOR

# REQUERIMENTO N° 836

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja oficiado o Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, no sentido de informar esta Casa de Leis sobre o patrocínio deste órgão, ao piloto paulista ANDRÉ RIBEIRO que participa do campeonato de Fórmula OPEL-Alemanha, pela equipe Regino Veículos/Banestado/Bruno Minelli. Deverá constar da formação o valor e o porquê do patrocínio a um piloto paulista em Campeonato Europeu.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência deste à Direção do Conglomerado Banestado, para que prestem informações sobre o requerimento dentro do prazo legal.

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

# REQUERIMENTO N° 838

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da Faspas, solicitando auxílio financeiro para o Clube das Mães Imaculada Conceição, localizada em Mamborê.

Sala das Sessões, em 17.04.90

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

## JUSTIFICATIVA:

O Clube das Mães Imaculada Conceição,

localizada em Mamborê, é uma entidade assistencial que ao longo das últimas décadas tem mantido uma tradição de bom atendimento às pessoas carentes da região. Porém, por motivos de dificuldades financeiras, causadas pelos elevados índices inflacionários, necessita de auxílio financeiro.

## REQUERIMENTO N° 839

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Creche Santo Antônio, localizada em Farol do Oeste.

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

## JUSTIFICATIVA:

A Creche Santo Antônio, localizada em Farol do Oeste, é uma entidade assistencial que vem mantendo uma tradição de bom atendimento a pessoas carentes da região. Entretanto por motivos de defasagem orçamentária, causadas pelos índices inflacionários, necessita de auxílio financeiro.

## REQUERIMENTO N° 846

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício a Sua Excelência, a Senhora Gilda Poli Rocha Loures, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando sejam determinadas providências para que os estabelecimentos de Ensino de IPIRANGA: Escola Estadual Dr. Claudino dos Santos - Ensino de 1° Grau e Colégio Estadual "Robert Francis Kennedy" - Ensino de 1° e 2° Graus, venham ser agraciados com a instalação de Telefones para uso interno daquelas Direções.

A presente moção objetiva atender ao apelo contido em expedientes de ns. 23/90 e 11/90, dos respectivos estabelecimentos, no que concerne as suas necessidades em poder contar com esse indispensável meio de comunicações a serviço da administração, no relacionamento diário com os pais de alunos e demais instituições, além de contribuir significativamente para a eficácia dos trabalhos desenvolvidos.

É importante ressaltar que ambos os estabelecimentos estão enquadrados no Porte III, comportando por isso um número considerável de alunos, o que impõe, imperiosamente, a necessidade de contar com pelo menos um aparelho telefônico.

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

## REQUERIMENTO N° 832

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente à Secretaria de Educação e à Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, a fim de que seja destinado ao Município de São Mateus do Sul, um ônibus escolar, para transporte de alunos da área rural, até a sede do Município, pela dificuldade atual dos recursos Municipais.

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

## JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura de São Mateus do Sul, possui 2 (dois) ônibus, já bastante usados e difícil recuperação, e o número de alunos, que conclue, a 4.ª Série e 8.ª Série do 1° Grau cresce a cada ano, daí a necessidade de atendimento no transporte escolar.

## REQUERIMENTO N° 833

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, a fim de que seja providenciado 2 (duas) viaturas policial, para o Município de São Mateus do Sul, pela real necessidade de atendimento à população.

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

## JUSTIFICATIVA:

A solicitação de viatura para o Município em pauta prende-se ao fato de que as que lá já existem, estão fora de circulação e inservíveis, necessitando de reparos, sendo que o atendimento pelos policiais da Delegacia local, está sendo a pé.

Uma cidade de entroncamento como São Mateus do Sul, não justifica a situação de insegurança com que está submetida atualmente.

## REQUERIMENTO N° 834

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública e ao Senhor Coronel Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, a fim de que seja criado o Batalhão de Polícia Militar na cidade de São Mateus do Sul, com um contingente de 150 homens.

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

## JUSTIFICATIVA:

A questão de segurança pública é dever do Estado, e São Mateus do Sul, cidade de entroncamento, inclusive para o Sudoeste, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, e abri-

gar a Refinaria do Xisto, subsidiária da Petrobrás, e outras indústrias importantes, como a INCEPA, onde trabalha e vive uma população aproximada de 100.000 pessoas.

Ocorre que este Governo evoca para si, a função de autoridade reguladora das relações sociais, impondo normas de funcionamento e estabelecendo as políticas de conduta. Assim sendo, cabe-lhe a obrigação de zelar pela integridade e tranqüilidade de seus cidadãos e cidadãs, fornecendo-lhes os meios para a defesa de si próprias e de seus bens.

#### REQUERIMENTO N° 830

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental e com fulcro nas suas prerrogativas constitucionais, seja encaminhado, ao Governo do Estado do Paraná, no prazo legal, o seguinte:

#### PEDIDO DE INFORMAÇÕES

I - O Governo do Estado possui como patrimônio imóveis destinados à residência ou utilização pelo Chefe do Poder Executivo?

II - Quais as características dos imóveis? (metragem, localização, etc)

III - Quais as importâncias pagas pelo Governo do Estado para a compra de tais imóveis e quando foram realizadas as operações?

IV - Quais os bens móveis (mobiliário) de que consta os imóveis? Quando foram comprados? De que forma? Qual o valor pago? Quem realiza o controle patrimonial?

V - Por quem é feita a manutenção da residência? Qual o montante de gastos, inclusive, despesas de luz, água, telefone e empregados.

VI - Por quanto tempo esses imóveis foram ocupados ou utilizados no mandato do atual Governador?

V - A proposta de venda desses imóveis obedece a que razões?

VI - Quais os imóveis a serem vendidos e quais os procedimentos adotados para isto?

Sala das Sessões, em 18.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Recentemente o Senhor Governador do Estado declarou à imprensa a decisão da venda dos imóveis tidos como residência oficial, residência de campo e imóvel no litoral do Estado, por imposição do momento econômico nacional e da necessidade premente do combate às mordomias "e privilégios das castas dominantes".

Quanto ao mérito: aplausos. Pena que a decisão não tenha sido tomada antes, há três anos, quando o atual Governo era ini-

ciado, inflado pelo discurso da austeridade, moralidade administrativa, horror às mordomias e à corrupção.

Ocorre que, no momento em que a mensagem do Governador chega ao poder Legislativo para análise e aprovação, é redobrada a responsabilidade de cada parlamentar no acompanhamento, discussão e fiscalização de uma operação que envolve uma considerável quantia financeira.

A venda três imóveis que podem proporcionar a centenas de paranaenses um teto para morar.

Diante disso, usando de uma prerrogativa constitucional, o deputado subscritor busca junto ao Executivo informações da maior relevância no sentido de nortear sua posição diante da proposta. Sobretudo, das razões que movem a venda de tais imóveis.

Se as dificuldades econômicas pelas quais o país atravessa obrigam a venda dos imóveis, deveriam, as mesmas dificuldades, terem impedido a compra dos imóveis, eis que a crise econômica brasileira é resultante de um processo cumulativo, arrastando-se há longos anos. Por isso é importante saber quem comprou o quê, quando e por quanto.

É preciso saber por quanto tempo os imóveis foram desfrutados e saber por que só agora estão sendo colocados à venda.

Também cabe ao estado a guarda do patrimônio mobiliário guardado em tais imóveis e é preciso saber o seu valor, descrição e por quem é feito o controle patrimonial.

Enfim, as informações solicitadas são dados imprescindíveis para a realização de uma operação que se espera seja correta e movida pela lisura.

Se há necessidade da venda dos imóveis, por imposição das dificuldades financeiras, vamos fazê-la. Mas, da forma mais clara e transparente possível.

#### Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 033/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

"Art. Único - O projeto de Resolução n° 22/90, fica acrescido de artigos e parágrafos, com a redação que se segue:

"Art. 3° - Os níveis de vencimentos dos servidores deste Poder, ativos, inativos e pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, ficam reajustados em 196,03% (cento e noventa e seis vírgula zero três por cento).

Art. 5° - O valor do salário-família, por dependente legal, da gratificação de produtividade e da gratificação de representação, ficam reajustados em 196,03% (cento e noventa e seis vírgula zero três por cento).

Art. 4º - Os vencimentos dos cargos de provimento em Comissão, de simbologia "DAS-1 a DAS-5"; "1-C a 6-C"; "G" e funções gratificadas, ficam reajustados em 196,03% (cento e noventa e seis vírgula zero três por cento).

Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Resolução correrão à conta da dotação orçamentária deste Poder.

Parágrafo Único - A Comissão Executiva fica autorizada a baixar os atos necessários ao cumprimento do disposto nesta resolução, ficando mantidos os limites decorrentes do disposto no Art. 4º da Resolução nº 002/90, com as modificações posteriores.

Art. 7º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos imediatos, exceto quanto ao disposto nos artigos 1º e 2º, que terão efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 1990."

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

Apoiamento: Namir Piacentini, Rubens Bueno, Ezequias Losso e David Cheriegate.

#### JUSTIFICATIVA:

Este Poder, em janeiro do corrente ano, portanto, há três meses atrás, aprovou Mensagem do Poder Executivo que apreçoava, conjuntamente com farta cobertura de imprensa e pronunciamento da Bancada governista, uma política salarial que determinava o zeramento da defasagem remuneratória do funcionalismo público e posteriormente sistemática de reajustes aplicáveis mês a mês, que teriam a finalidade de evitar que as perdas só fossem recuperadas novamente na próxima data base, a saber: janeiro de 1991.

Dentro da referida sistemática, definia-se a particularidade de que, no mês de abril, seria procedida a aplicação do residual do IPC do mês de fevereiro e o IPC integral do mês de março, tendo sido este de 84,32%. Como bem o define o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, na justificativa ao anteprojeto de lei que objetiva reajustar os vencimentos dos servidores daquele Poder e que, autuado por esta Casa, recebeu o nº 218/90, houve derrogação da referida sistemática, em função do disposto no art. 8º, da Medida Provisória nº 156, recentemente aprovada pelo Congresso Nacional, quando é definida a aplicação de um regime de pré-fixação salarial aos servidores públicos estaduais e municipais, inclusive dos Poderes Legislativo e Judiciário.

E, como bem diz, textualmente, a justificativa: "Todavia, não obtendo o zeramento até a entrada em vigor da nova política econômica, estarão os servidores com grandes perdas salariais. Prossegue o douto Desembargador dizendo, no Ofício que

encaminha a medida: "Com a proposição que ora apresento a essa Augusta Casa de Leis, pretendo repor, a partir do mês em curso, a enorme defasagem salarial que intranquiliza o meio funcional, prejudicando o perfeito funcionamento do Poder Judiciário." (grifo nosso).

De sábia oportunidade e justeza reveste-se a iniciativa do Poder Judiciário, mormente após a manifestação do Ministério da Economia, dispondo sobre a imobilidade do valor dos salários, o que vem promover um achatamento salarial enorme, tendo em vista a majoração de tarifas públicas ocorridas após a edição do "pacote", além da variação a maior de outros bens que não são levados em conta nas pesquisas oficiais, achatamento que seria agravado se for dada solução de continuidade ao necessário reajuste dos servidores.

O perfeito funcionamento de qualquer Poder constituído, evidentemente, sofre prejuízos, que guardam estreita relação com a correta e justa contraprestação que seus servidores devem receber por suas atividades profissionais, o que cumpre ser evitado pelos respectivos Poderes. A atividade estatal não pode ser vista de modo isolado, com um cunho de automatização utópico. Ela decorre do suficiente exercício dos seus servidores, quando do cumprimento de suas funções, fato que só será mantido correlatamente à traquilidade sócio-econômica destes.

Não vemos, pois, como possa o Poder Legislativo furtar-se à adoção da presente medida, uma vez que tem ele a obrigação de velar por si próprio, enquanto instituição, e pelas suas atividades meio enquanto empregador, neste caso com inquestionável responsabilidade para com seus servidores. Estes os motivos que nos levam a apresentar esta Emenda, para a qual esperamos o conseqüente apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 226/90  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Federação de Atletismo do Paraná, com sede e foro nesta capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.04.90.

(a) NEIVO BERALDIN.

#### JUSTIFICATIVA:

A Federação de Atletismo do Paraná - FAP é uma sociedade civil de caráter desportivo, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, fundada em



23/05/32 com a denominação de Liga Atlética Paranaense, passando a chamar-se Federação Desportiva Paranaense a partir de 19/06/41 e adotando a atual denominação a partir de 27/08/85.

Em decorrência da Lei Federal n° 6.251/75 regulamentada pelo Decreto n° 80.228/77 que estabelece a vedação da remuneração aos diretores e membros de Entidades Desportivas Dirigentes em qualquer nível, seja nacional, estadual ou municipal, vale salientar que a FAP é regida por essa mesma legislação, razão pela qual do seu estatuto não consta artigo próprio definindo esse fato.

A FAP cumpre o que estabelece o art. 5° de seu estatuto no que se refere aos objetivos da entidade, por exemplo, dirige o atletismo no Estado do Paraná, realiza as competições estaduais, faz a representação do Estado nos campeonatos nacionais e difunde a prática do atletismo e do esporte entre a Juventude de nosso Estado.

Ademais Senhores Deputados, a FAP demonstra também em seu relatório do exercício de 1.989, intensas atividades em todos os seus departamentos, desde os departamentos de administração, finanças, patrimônio, árbitros até os sub-departamentos de estatística e rústicas, além, naturalmente, da Presidência; mas é, com certeza, no departamento técnico que a FAP realmente se destacou, promovendo eventos a nível estadual e nacional, e tendo participado inclusive em eventos internacionais. Dentre os eventos em que a FAP participou em 1989, vale destacar, em especial, o Campeonato Mundial de Cross-Country que foi realizado em março/89 na Noruega, no Troféu Brasil de Atletismo, em julho/89 em São Paulo, no Campeonato Brasileiro Juvenil, e junho/89 também em São Paulo, e a nível estadual, no Troféu "João do Pulo" - João Carlos de Oliveira que foi realizada em maio/89 em Curitiba e promoveu também, a realização do Campeonato mais importante de nosso Estado, o Campeonato Paranaense de Atletismo iniciado em abril/89 em Maringá e finalizado em Set/89 em Curitiba.

Desta feita Senhores Parlamentares, além de considerarmos que a FAP é a mais antiga Federação de Desportos do Paraná, a referida entidade vem prestando valiosos serviços à comunidade desportiva, tendo em vista que no período de 1947 a 1985, a Federação Desportiva Paranaense foi a originária de todas as Federações Desportivas de nosso Estado hoje existentes, eis que as Federações de Basquete, Voleibol, Handebol e outras modalidades, eram anteriormente departamentos da Federação Desportiva Paranaense que se emanciparam da atual FAP.

Portanto, Senhores Deputados, incontestável é a nosso entender a aprovação

desse Projeto de Utilidade Pública, não só devido ao fato do mesmo estar de conformidade com o que reza a lei n° 6.994 de 10/01/78 que estabelece as normas para a Declaração de Utilidade Pública, mas principalmente dada a relevância da FAP para o desenvolvimento do atletismo e também do mundo desportivo no Estado do Paraná, é que contamos com a anuência dos demais nobres Parlamentares para a aprovação desse Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI N° 227/90  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - O artigo 1° da Lei n° 9.057/89 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1° - Fica concedida à Maria Carlo Montani Pereira, viúva do ex-prefeito Aloísio Alves Pereira, de São Pedro do Ivaí, uma pensão mensal no valor de 02 (dois) salários-mínimos.

Parágrafo Único - A pensão de que trata esta lei deixará de ser devida caso a beneficiária venha contrair novas núpcias.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

Dona Maria Carlo Montani Pereira, viúva do ex-prefeito Aloísio Alves Pereira, falecido em trágico acidente automobilístico, em pleno exercício do cargo, no dia 11 de abril de 1989, ficou sem condições de sobrevivência, motivo porque a Assembléia Legislativa aprovou o projeto de lei, e o Excelentíssimo Senhor Governador sancionou, convertendo em Lei n° 9057/89, concedendo-lhe uma pensão mensal, no valor equivalente a 02 (dois) salários-mínimos de referência, resultando em fevereiro de 1990, na importância de NCZ\$ 293,18 (duzentos e noventa e três cruzados novos e dezoito centavos), conforme documento em anexo.

Para solucionar esta anomalia é que apresentamos este projeto de lei, e, considerando o elevado alcance da medida ora proposta, estamos certos que a mesma merecerá desta Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação.

PROJETO DE LEI N° 228/90  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Vila Nova, com sede na localidade do mesmo nome, desmembrado do Município de Toledo, com as divisas seguintes:

"Tomando como ponto de partida a con-



fluência do Lajeado Jaguarundi com o Arroio 18 de Abril, na divisa com os Municípios de Nova Santa Rosa e Palotina, sobe por este, limitando com o Município de Palotina, até sua cabeceira e ainda por linha seca, divisa entre o lote rural n° 22 da 2ª parte do 32º Perímetro e os lotes rurais n°s 133 a 136, onde se encontra a divisa com o Município de Assis Chateaubriand, segue daí pela divisa Nordeste da Fazenda Britânia, até a Sanga Piratuba, sobe pela mesma até encontrar em sua margem esquerda a divisa entre os lotes rurais n°s 57 e 58 da 2ª Parte do 47º Perímetro, segue pela mesma até encontrar a divisa Leste do lote rural n° 103, pela qual segue até a cabeceira da Sanga Cavalo Morto, pela qual desce até encontrar em sua margem esquerda a divisa entre os lotes rurais n°s 100 e 101, segue pela mesma até a antiga estrada de rodagem Toledo-Vila Nova e ainda pela divisa entre os lotes rurais n°s 78 e 79, todos do mesmo Perímetro, até o Arroio Guaçu, pelo qual desce até encontrar em sua margem esquerda a divisa entre os lotes rurais n°s 75 e 74 da Linha Guaçu do 8º Perímetro, pela qual segue até o travessão, segue pelo mesmo confrontando à esquerda com os lotes rurais n°s 95 a 90 e à direita com os lotes rurais n°s 75 e 77 a 84, daí, pela divisa entre os lotes rurais n°s 90 e 85, em direção Sul até a Sanga Socoboê, sobe pela mesma até encontrar em sua margem esquerda a divisa entre os lotes rurais n°s 141 e 142, pela qual segue em direção Oeste até o travessão e por este em direção Sul até o travessão, divisa entre os lotes rurais n°s 151 e 152, segue por este em direção Noroeste, confrontando ao Norte com os lotes rurais n°s 151, 179, 180 e parte do 181 e ao Sul com os lotes n°s 152, 178, 177, 176 e 175, seguindo daí pela divisa deste com o lote rural n° 174 até a Sanga Tatu, pela qual desce até sua barra no Lajeado Grande, desce por este até encontrar em sua margem direita a divisa dos lotes rurais n°s 231 e 235, segue pela mesma e ainda confrontando a Leste com o lote rural n° 234 até o Arroio Guaçu - todos os imóveis acima citados, situados na margem esquerda do Arroio Guaçu, integram a linha Guaçu do 8º Perímetro da Fazenda Britânia - do ponto acima citado, sobe pelo Arroio Guaçu até encontrar a sua margem direita a barra da Sanga Seca, sobe pela mesma divisa entre os lotes rurais n°s 111 da linha Guaçu do 14º Perímetro e n° 180 do 15º Perímetro, até sua cabeceira, daí, por um travessão, divisa entre o 14º e o 15º Perímetro até a cabeceira do Lajeado Gavião e por este abaixo até encontrar em sua margem direita outro Travessão, divisa entre o 15º, 16º Perímetro, pelo qual segue até a cabeceira da Sanga Arapongas pela qual

desce até sua Foz no Lajeado Jaguarundi, desce pelo mesmo até a confluência com o Arroio 18 de Abril, ponto de partida da presente descrição.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(a) SABINO CAMPOS.

#### JUSTIFICATIVA:

O Constante e volumoso crescimento verificado nos últimos anos na localidade de Vila Nova por si só justifica o pedido de emancipação que ora formulamos em nome do laborioso povo daquela comunidade.

Já há alguns anos a população daquela localidade reclama pela emancipação política, criando um novo município, o que aliás é direito adquirido em face do progresso gerado pelo trabalho de todos aqueles que aportaram nas férteis terras da região e, muito mais, ser independente é anseio de todos os povos que se organizam para promover o seu bem-estar.

Formulamos tal pedido baseado em Lei que ampara a matéria, mas o fazemos ainda mais porque conhecemos a Região e sabemos o quanto a sua emancipação haverá de propulsionar ainda mais o seu vertiginoso crescimento.

Uma localidade do porte de Vila Nova, por não ser município, e com isso não contar com determinados órgãos indispensáveis ao seu desenvolvimento, sua população vê-se obrigada a deslocar-se até a Sede do município de Toledo, o que ocasiona inúmeros e indesejáveis prejuízos. Verifica-se também que o município de Toledo, pelo seu exuberante porte, ao perder parte de seu território para o novo município que se pretende criar, não sentirá prejuízo de nenhuma espécie uma vez que a área desmembrada não chega a uma terça da remanescente.

A necessidade de promover a emancipação política daquela localidade, criando um novo município, já se faz sentir há anos pois seu povo, sua gente, assim como todos os homens livres precisam de condições para gerir o seu próprio destino, uma vez que empiricamente um município já pré-existe ao se formar as suas entidades sociais com regras e estatutos dando a cada uma condições essenciais de autonomia e subsistência.

PROJETO DE LEI N° 229/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - O piso salarial da classe do magistério público estadual, independente da categoria classificatória, ou da carga horária contratada não será inferior a três salários-mínimos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(aa) DAVID CHERIEGATE

AMÉLIA HRUSCHKA

ANTÔNIO BÁRBARA

FERRARI JÚNIOR

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei em tela pretende a dignificação da classe do magistério.

Não é admissível que um setor tão importante quanto é a educação para os efetivos esforços de desenvolvimento do Estado, seja mantida ao léu das conveniências políticas de ocasião, é hora, definitivamente, de transferir-se à classe dos professores a magnitude e a importância que a mesma tem no contexto social.

Por outro lado, o acolhimento em lei, desta proposição, ratificará o comportamento que Estados desenvolvidos têm obrigação de oferecer aos profissionais da Educação Pública.

PROJETO DE LEI N° 230/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o município de ÁGUA BOA, desmembrado do Município de PAIÇANDU, obedecendo as divisas que especifica conforme memorial descritivo abaixo:

PONTO INICIAL E FINAL: Foz do Ribeirão Chapecó no Ribeirão Bandeirantes do Sul.

DESCRIÇÃO: Do ponto inicial, sobe pelo Ribeirão Chapecó (divisa intermunicipal com Ourizona) até encontrar a linha de divisa intermunicipal com Paicandu; segue por esta divisa em linha reta e seca sentido Norte-Sul cortando o Lote 14 e passando pela divisa dos lotes 176, 83, 131 (inclusive) e 82, 130 (exclusive) até o Córrego do Fugitivo; desce por este até sua Foz no Ribeirão Bandeirantes do Sul; sobe por este até o Córrego Babaçu; Córrego Babaçu até a divisa dos Lotes 433, 426, 31 (inclusive) e 444, 434, 427 e 30 (exclusive); pela divisa dos lotes retro citados sentido Norte-Sul até a nascente do Córrego Calixto até sua Foz; Córrego Calixto até sua Foz no Ribeirão Paicandu (divisa intermunicipal com Ivatuba); deste ponto por Linha Reta e Seca sentido Leste-Oeste (divisa intermunicipal com Doutor Camargo) cortando os Lotes 48, 92, 100 e 111 até a Estrada Graças a Deus; deste ponto, por Linha Reta e Seca sentido Leste-Oeste, passando pela divisa do Lote 257 (inclusive) até a nascente da Água do Corote; Água do Corote até sua Foz no Ribeirão Bandeirantes do Sul; Desce por este até a Foz do Ribeirão Chapecó, ponto inicial e final.

Parágrafo Único - A área territorial urbana da sede do Município de Água Boa, criado pelo presente Projeto de Lei obedecerá as divisas que especifica conforme memorial descritivo abaixo discriminado:

Limite do perímetro urbano do Município de Água Boa:

Inicia-se no cruzamento da Rua Esperança com a divisa do Pátio da Estação Ferroviária e os Lotes 318 e 321 e 323, e pela divisa do Pátio da Estação Ferroviária e os Lotes 318 a 321 a 323 até atingir a Rua Florai, seguindo por esta até a Avenida Bandeirantes, e por esta até a divisa das Quadras 8, 9, 24 e 25 e os Lotes 324 a 327 e, seguindo por esta divisa até a Rodovia Engº. Osvaldo Pacheco de Lacerda (PR-323), pela Rodovia Engº. Osvaldo Pacheco de Lacerda (PR-323) até a divisa das Quadras 32, 17, 16 e 01, e os Lotes 311 a 314, e por esta divisa até atingir a Avenida Bandeirantes até a Rua Nova Esperança; pela Rua Nova Esperança até o cruzamento com a divisa do Pátio da Estação Ferroviária e Lotes 318, 321, e 323, ponto inicial e final.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

PROJETO DE LEI N° 231/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o NESCO - Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarado de Utilidade Pública, o NESCO - Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva, tem por objetivos o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e assessoria em Saúde Coletiva como bem comprova os seus estatutos.

Assim sendo, submetemos o presente projeto de lei a apreciação dos nobres Pares, com assento nesta Augusta Casa de Leis, solicitando sua aprovação.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, demais presentes nesta Sessão desta terça-feira.

Inicialmente, solicito a Sua Excelência, o Presidente que me inclua no Horário das Lideranças, conforme procedimento adotado na sessão de ontem, porque eu tenho

certeza de que os meus cinco minutos não serão suficientes, porque eu tenho dois assuntos de interesse para abordar neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Atendido.

O SR. PEDRO TONELLI - Obrigado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Trago à tribuna nesta data uma preocupação que é uma preocupação interna deste Parlamento. Sempre exerci o meu mandato como Parlamentar entendendo que a função principal do Parlamentar era legislar nas legislações ordinárias, nas matérias constitucionais e é também a de fiscalizar os poderes: o Poder Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Este é um atributo que a população do Paraná nos deu e nos concedeu nas urnas para que o Parlamento paranaense fosse digno de, assim, sê-lo por assumir esta tarefa.

E, nesta trajetória de três anos e meio de mandato, este Parlamentar e muitos outros sempre se preocuparam com a fiscalização dos poderes, que é um papel importante. E raras vezes nos preocupamos com a fiscalização do nosso Poder, do exercício e da prática dele, que é o Poder Legislativo.

Sinceramente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu fiquei magoado, fiquei chateado, pela postura adotada por Sua Excelência o Deputado Anibal Khury, com o tratamento dado a um requerimento de suma importância para o Paraná. Um requerimento, que, no meu entender, só não foi acatado porque continha a minha assinatura; requerimento que apresentei há três semanas atrás e, que foi protelado pela Bancada Governista, que representava a aspiração da Câmara de Vereadores de Londrina, que queria explicações sobre, segundo eles, uma obra que foi construída pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes. Se verdadeira a denúncia dos nobres Vereadores de Londrina, é uma barbaridade. Porque se fez um projeto de uma rodovia, ligando Londrina à Colônia Coroados, fez-se a licitação, segundo publicações no Diário Oficial, do trecho Londrina-Colônia Coroados, no entanto, por força política de interesses locais, segundo palavras dos Vereadores, foi construída uma outra estrada que não tem nada a ver com a Colônia Coroados, que tem outra extensão, percorrendo um outro traçado, e somente recebeu as placas de sinalização Londrina-Colônia Coroados.

Os nobres Vereadores de Londrina, Senhor Presidente, Senhores Deputados, encaminharam a este Parlamentar, e creio que a outros Parlamentares também, um "dossie" das possíveis provas que envolvem o Gover-

no do Estado do Paraná.

Segundo eles é uma grave irregularidade que houve na administração do Governo do Paraná.

No entanto, eu até agora não sei por que motivos. Os motivos que foram dados, tanto que eu apresentei o primeiro requerimento, que a Presidência deixou de receber por motivo de que esta Casa não dispunha de instrumento denominado Comissão Oficial.

Na data de ontem eu refiz o requerimento e coloquei propondo uma Comissão Oficial, aí o nobre Presidente deixa de receber sob a alegação de que nós estamos interferindo no interesse do Poder Legislativo e do Poder Municipal de Londrina.

Não é verdade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Câmara de Londrina é que não tem competência para apurar. Quem tem que apurar é a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, porque envolve os órgãos do Estado, Senhor Presidente. Envolve o Departamento de Estradas de Rodagem, a Secretaria dos Transportes e o Poder Executivo do Estado e não é do município de Londrina.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, até agora eu não entendi o porquê que não se quis, se encontrou manobras para não colocar em apreciação deste Plenário a propositura deste Parlamentar, que fosse se formar uma Comissão Especial, ir a Londrina, ver de perto as informações, ver se isso merece uma CPI ou são informações distorcidas simplesmente que existem nessa grave denúncia.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, ficam aqui os meus protestos pela postura adotada por este Parlamento diante de um fato, de uma denúncia grave que compromete o Governo do Estado do Paraná, que se são verdadeiras as denúncias, dinheiro público foi usado não o fim devido, mas para atender interesses de terceiros, daqueles que não são os homens que merecem a atenção do Poder Público do Paraná.

Segundo assunto que me chama a atenção neste momento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu queria primeiramente me congratular e parabenizar com a postura adotada na sessão de ontem pela Assembléia Legislativa, quando decidiu de que os pedidos de informações que não fossem respondidos dentro do prazo constitucional, os responsáveis, fossem responsabilizados.

Esta é uma medida correta. Esta é uma medida acertada que este Parlamento adota.

Já Senhor Presidente, Senhores Deputados que esse deve ser um peso e uma medida que deve valer também neste Poder, também aqui no Poder Legislativo, eu lamento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que apenas neste momento, desde o primeiro dia

que aqui estive e que aqui estou é que eu gostaria que esta postura fosse adotada, porque nós temos centenas de requerimentos, tanto de minha autoria como da autoria do Deputado Algaci Túlio, do Deputado Rafael Greca, dos Deputados que desde o início estavam presentes e vigilantes, pedindo explicações a este Governo. Então, desde o primeiro dia se fazia necessária essa medida.

Veio tarde, mas está aí e esperamos que de agora em diante essa medida seja adotada em respeito à nossa Constituição, em respeito à lei e em respeito à transparência mínima necessária para que tenhamos a menor confiança de qualquer Governo, não importa se é do PMDB, do PRN, do PDS, do PDT ou de quem quer que seja.

Agora, Senhor Presidente, nós temos que dizer que o primeiro requerimento que eu pedi informações a esta Casa, ao Poder Legislativo, no dia 06.02.87 ainda, não foi respondido também.

Eu pedi a relação dos funcionários da Assembléia Legislativa, os seus vencimentos e aonde eles estavam alocados, que órgãos da Assembléia eles estavam vinculados e até hoje, passados mais de três anos eu ainda não consegui resposta pela omissão da informação que eu requeri à primeira Secretaria desta Casa na época.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, aqui também cabe crime de responsabilidade. Nós temos que adotar um peso e uma medida. Não podemos tratar discriminadamente. Os Poderes têm que cumprir a Constituição e esta Casa também terá que cumpri-la da mesma forma que o Governo Álvaro Dias, os seus Secretários, o BANESTADO terá que cumpri-la. Assim nós teremos um poder público que conquistará maior confiança do povo do Paraná.

Era isto, Senhor Presidente, era isto, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela ordem) - Gostaria que fosse registrado nos Anais da Casa a presença do Presidente da Câmara de Mariluz, Vereador Eliacir, juntamente com a professora Ivone, Vereadora e Vice-Presidente também da Câmara de Mariluz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será devidamente registrado.

Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em meu nome e poderia dizer também em nome do Deputado Sabino Campos que preside a Comissão de Agricultura desta Casa, e nós, na condição de Coordenador do bloco agropecuário, gostaríamos de com pelo me-

nos uma semana já de antecedência convidar e ao mesmo tempo convocar os Srs. Parlamentares para que no próximo dia 25 quarta-feira, no plenarinho desta Casa de Leis, possamos todos juntos participar daquilo que estamos denominando de Primeiro Fórum de Debates acerca das medidas econômicas do Governo Collor e seus efeitos na agropecuária paranaense e brasileira.

E é por demais oportuno, Srs. Deputados, que participemos dessa reunião porque todos nós os Parlamentares, principalmente do Estado do Paraná, temos acompanhado no dia-a-dia, através da Imprensa, seja ela escrita, televisada ou mesmo falada, os problemas que vêm enfrentando a agricultura e a pecuária brasileira. Todos nós sabemos que através das medidas que foram propostas pelo Presidente Collor e aprovadas pelo Congresso Nacional, praticamente acabaram com as principais funções do Ministério da Agricultura. O Ministério da Agricultura hoje ficou restrito a apenas e tão somente uma Secretaria Nacional de Reforma Agrária e uma Secretaria Nacional de Defesa. Deixaram de lado tudo aquilo que estava relacionado à produção. Deixaram de lado tudo aquilo que estava relacionado à assistência técnica e à extensão rural. Acabaram, no nosso entendimento, com as principais funções do Ministério da Agricultura que passa agora a atuar, pelo que diz a lei, apenas e tão somente nas questões ligadas à reforma agrária e nas questões ligadas à defesa, seja ela animal ou vegetal. Não bastasse isto, Sr. Presidente Srs. Deputados, a extinção da CFP, da Cobal e da Cibrazen, que cuidavam das políticas de preço mínimo, abastecimento, comercialização de safra a armazenagem, a extinção pura e simples dessas entidades e a criação de uma outra companhia para cuidar dessas três finalidades, criou um grande vazio em termos de gerenciamento das questões ligadas à agricultura e à pecuária brasileira.

Hoje, estão extintas essas companhias, mas a nova companhia criada para que possa funcionar depende de um Decreto-Lei onde seja ela toda normatizada, todo disciplinado o seu funcionamento e isto não existe. E é por isso que estamos num grande vazio, sem que tenhamos ninguém a quem possamos nos dirigir e também as lideranças do setor agropecuário não têm a quem recorrer para reivindicar preços mínimos, para reivindicar VBCs, para reivindicar questões ligadas ao abastecimento, questões ligadas à armazenagem. As três companhias foram extintas, a outra foi criada, mas foi criada e não existe, e o setor agropecuário que já havia sido dilapidado através do enxugamento que houve do Ministério da Agricultura, sofre esse vazio de gerenciamento porque não temos a quem nos

dirigir para reivindicar os assuntos de máxima urgência hoje ligada à comercialização de safra e fixação de VBCs e preços mínimos.

Portanto, Srs. Deputados, na próxima quarta-feira estaremos nos reunindo no plenarinho "Deputado Luiz Gabriel Sampaio" desta Casa, quando contaremos com a presença do Presidente da UPAC - União Paranaense das Associações de Criadores -, Laércio Faustino Cardoso; quando contaremos também com a presença do Presidente da FETAEP, Antenor Beni; do Presidente da FAEP, Dr. Paulo Carneiro; com a presença do Presidente da OCEPAR, Dr. Wilson Tissen; e com a presença do Secretário da Agricultura, Dr. Osmar Dias. Eles irão colocar os seus pontos de vista, as suas preocupações e, junto com produtores, com lideranças e segmentos ligados ao meio agropecuário, teremos oportunidade de encontrar os caminhos pelos quais deveremos trilhar a nossa marcha doravante na defesa da agropecuária brasileira e paranaense.

Portanto é de suma importância para nós e para o Paraná o fórum que iremos realizar em nome do Bloco e da Comissão de Agricultura na próxima quarta-feira, dia 25. E, por esta razão, é que conclamamos a todos que participem, levem as suas preocupações, debatam e possam trazer as sugestões para que possamos então trilhar o caminho que precisamos em favor da agropecuária que hoje praticamente mais uma vez está falida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje a greve dos professores, completa exatamente 28 dias e exatamente neste momento os professores e pais de alunos, a exemplo do que aconteceu no dia 28 de agosto de 1988, estão saindo em passeata da Praça Rui Barbosa em direção ao Palácio Iguaçu, não propriamente em direção ao Palácio Iguaçu porque já está formado um cordão de isolamento, já tem cordas, já existem policiais, impedindo como se os professores e pais de alunos fossem invadir o Palácio, fossem tomar de assalto o Palácio Iguaçu, e nós sabemos perfeitamente que nada disso passa pela cabeça dos Srs. Professores e dos Srs. pais de alunos.

28 dias hoje; os pais desesperados não sabendo mais em que pé fica essa situação; os professores também desesperados porque não exergam o aceno por parte do Governo do Estado, em uma sentada de mesa, em uma negociação para que seja definida uma posição e os professores possam voltar às

salas de aula.

Lamentavelmente não se vê essa possibilidade, pelo menos até agora. Apenas uma comissão designada pelo Governador que não tem até agora, dado o respaldo necessário para uma possível negociação.

E aí está o Estado do Paraná, com seus alunos, com os seus jovens há 28 dias sem poder frequentar uma sala de aula. Isto realmente é um fato profundamente lamentável. Esperamos que hoje não se repitam os episódios verificados, repito mais uma vez, em relação ao dia 28 de agosto de 1988 aqui defronte ao Palácio Iguaçu, defronte a este Poder, quando pais de alunos, professores, professoras foram espancados pela polícia, foram pisoteados pelos cavalos e atingidos pelas bombas desferidas contra aqueles que estavam numa passeata pacífica, estavam numa passeata ordeira apenas reclamando pelos seus interesses.

Esperamos que agora com o novo Secretário da Segurança Pública, com o Dr. Moacir Faveti, que deixou a Polícia Federal, e assume a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, estes fatos vergonhosos que passaram a ser notícia nacional e internacional, não se repitam na tarde de hoje. E esta Casa deverá estar vigilante pelo que possa acontecer daqui a pouco, defronte a este Poder e defronte ao Palácio do Governo.

Venho também à tribuna neste exato momento, para dizer o quadro caótico, o quadro triste, melancólico que se encontra o Estado do Paraná em termos de segurança pública, poderia entrar também aqui, naquilo que disse o Deputado Pedro Tonelli, os problemas dentro do DER, onde existem 6 mil funcionários praticamente de braços cruzados porque não podem trabalhar. Querem trabalhar, querem desenvolver as suas tarefas, mas, infelizmente, tudo está praticamente parado no DER. Equipamentos comprados por muitos milhões de dólares, estão parados: por falta de equipamentos, por falta de uma peça ou de outra, de um pneu, ou de uma correia e, lamentavelmente, as estradas que tantos prefeitos da região metropolitana têm reclamado, as obras não têm continuidade em função da paralisação quase que total do DER. E a segurança pública, lamentavelmente, nos últimos dias, pudemos observar um aumento da violência, não apenas na Capital do Estado, na região metropolitana, mas também em todo o interior do Estado.

Em Curitiba, pasmem Senhores, apenas 8 viaturas estão trabalhando na capital do Estado do Paraná. Apenas 8 viaturas da Polícia Militar estão aí rodando, quando podem; quando têm o combustível, quando têm pneu, ou quando têm a correia, ou quando têm uma peça qualquer do motor, estão ro-

dando pela segurança do povo do Paraná.

É lamentável minha gente! Nunca a segurança pública do Estado do Paraná chegou numa situação tão caótica, tão triste e melancólica como chega neste momento. E ainda na última quarta-feira, quando da posse do novo Secretário da Segurança, no próprio Palácio Iguazu, na Casa Militar, os militares nos passavam informações que nos deixaram realmente preocupadíssimo e se isso vier ao conhecimento da marginalidade, o povo desta cidade, o povo deste Paraná não vai dormir mais. Já está dormindo pouco pela insegurança, não dormirá o restante que lhe sobra ainda pela insegurança que vai enfrentar diante da situação em que está a nossa polícia.

Não temos viatura, não temos gente para trabalhar em que pese toda boa vontade dos policiais que dirigem seus próprios carros, delegados que dão uma de delegado de polícia, de assistente social, enfim, praticam toda espécie de atendimento dentro de uma delegacia de polícia. É um fato triste da nossa segurança pública do Estado do Paraná. Final de semana emendado com feriadão aí, tivemos mais de 80 veículos roubados na capital do Estado, uma média de 17 veículos por dia são roubados em Curitiba sem que se faça alguma coisa para diminuir este quadro assustador que enfrenta o povo da capital do Estado do Paraná. Imaginem os Senhores no interior do Estado, no pequeno município onde não tem mais espaço para se colocar preso.

Hoje a nossa polícia, e há que ter uma modificação urgente nesta situação. Hoje a polícia do Paraná existe para cuidar de preso na Justiça. As cadeias municipais superlotadas, o sistema penitenciário superlotado e falido. As cadeias agrícolas, as penitenciárias agrícolas prometidas e votadas aqui nesta Casa, em orçamento, ficaram na saudade. Nada até hoje foi realizado neste sentido ainda.

Espera-se que providências sejam tomadas imediatamente, no sentido de que nós possamos transmitir ao povo do Paraná um pouco mais de segurança.

O quadro, - repito, é caótico. Não tenho aqui hoje dados em mãos, mas trarei ainda durante a semana um quadro, um perfil da segurança do Estado do Paraná. Uma situação difícil que encontra o Delegado Moacir Favetti, que assumiu a Secretaria da Segurança Pública. É uma situação caótica. Delegacias sem viaturas. Viaturas recolhidas pela falta de consertos por ausência de peças; pela falta de equipamentos, impedindo que rodem. Esta a situação triste a exemplo do DER, com seis mil funcionários parados. Milhões de dólares pelo projeto BIRD foram gastos para a compra de equipamentos. São dezoito distritos rodoviários; são cinco centros regionais: Cu-

ritiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá e Cascavel. São mais ou menos 220 engenheiros convocados, que foram contratados. Equipamentos dos mais modernos. Porém, funcionários com baixos salários. E praticamente o DER parado. Os quase doze mil quilômetros de rodovias, mais as estradas vicinais, em situação crítica no Estado do Paraná.

Espera-se que agora a economia na verba de publicidade do Governo do Estado seja encaminhada para a segurança pública e para a segurança dos que utilizam as nossas rodovias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná acompanha, com muita expectativa, o desenrolar da greve dos professores que cria, para o povo do Paraná e principalmente para a nossa juventude, um clima de total insegurança.

Vários Deputados ocuparam esta tribuna para colocar a sua posição e o seu apoio a esta greve que, mais uma vez, humilha a classe do Magistério Paranaense, que é a responsável pela formação da nossa juventude e pela formação das futuras gerações de nosso Estado.

Dentre as reivindicações da classe do Magistério, situa-se com a principal delas aquela onde os professores do Paraná reivindicam, do Governo do Estado, o estabelecimento de um piso salarial para esta classe que tem sofrido tanto no nosso Estado.

Em função disto, a bancada do PRN reunida hoje pela manhã nesta Assembléia Legislativa decidiu, por unanimidade, apresentar um Projeto de Lei dando aos professores do Paraná o piso salarial de três salários-mínimos. A bancada do PRN tomou esta posição não para dar alguma vantagem ao professorado paranaense, mas principalmente para que esta classe tão importante dos servidores do Paraná possa reconquistar aquilo que já era nos governos anteriores, um direito adquirido. E que foi neste Governo prejudicada novamente.

Em função disso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta oportunidade, em nome da Bancada do PRN neste Poder Legislativo, em nome da classe do Magistério do Estado do Paraná, solicitamos de todos os Srs. Deputados e de todas as bancadas a atenção especial para este Projeto. E esperatos, temos plena convicção, de que este Projeto terá a aprovação deste Poder Legislativo. E, na hipótese de o Governador vetar este Projeto, nós contaremos novamente com o



apoio do Poder Legislativo do Estado do Paraná para derrubar este veto e para garantir à classe do Magistério do Paraná esta conquista que lhe foi usurpada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o Pequeno Expediente. Passa-se ao Grande Expediente. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Cândido Bastos.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna nesta tarde de hoje, para fazer esclarecimento do qual fui alvo na sessão de ontem, pelo ilustre Deputado Ferrari Júnior - Líder do PRN nesta Casa.

Alégou o ilustre Parlamentar que este Deputado, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, durante o exercício de 1989, engavetou um projeto de sua autoria, Projeto n° 260/89, no qual o Parlamentar, naquela oportunidade, deu entrada nesta Casa, precisamente em outubro do ano passado, cujo projeto autoriza o Governo do Estado a vender residências oficiais. Em seu pronunciamento na tarde de ontem, e infelizmente na minha ausência do plenário naquele instante, o ilustre Parlamentar se equivocou redondamente nas suas palavras; porquanto afirmou categoricamente nesta Casa que eu, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, engavetei o seu projeto.

Absolutamente este fato não procede! E o ilustre Parlamentar Ferrari Júnior se equivocou, como disse e repito. Naquela ocasião, outubro de 1989, eu, na Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, não tive o conhecimento pleno e a certeza de que o seu projeto foi para aquela Comissão encaminhada. E ainda devo dizer e repetir que o meu colega e Parlamentar Ferrari Júnior, com o seu projeto, que deseja vender as mansões assim ditas em seu projeto, mas que ele ontem afirmou, - "que eu ainda estou com este projeto em minhas mãos", e é uma inverdade, porquanto, este projeto, absolutamente, não se encontra em minhas mãos, absolutamente, desde o seu ingresso nesta Casa.

O Sr. Ferrari Júnior - Permita-me um aparte Senhor Deputado?

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Com todo o prazer.

O Sr. Ferrari Júnior - Estou insistindo no aparte, justamente para fazer o esclarecimento a Vossa Excelência, que realmente nós dissemos que este projeto estava em poder da Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, da qual Vossa Excelência era o Presidente, porque a Mesa da Casa, assim nos informou, não fizemos absolutamente com a intenção de feri-lo em

seus brios, longe disto, mesmo porque o consideramos um Deputado sério, contudo, a Mesa da Assembléia me prestou essa informação. Talvez a Mesa da Assembléia, tenha se enganado, o que seria compreensível, mas se não está nas mãos de Vossa Excelência, que era o Presidente da Comissão de Justiça, alguma coisa de errado deve estar acontecendo, porque ninguém achou o projeto! Foi bom que Vossa Excelência veio à tribuna, para esclarecer que não está em seu poder porque o projeto sumiu, e quando nós apresentamos essa proposição nós encontramos obstáculo, inclusive, por alguns colegas Deputados da bancada do PMDB, não me lembro qual foi o Deputado, que dizia que o projeto era demagógico. E, ontem eu também disse, que se era demagógico, aquele projeto fosse demagógico, então aquele Deputado do PMDB, estava também chamando o Governador Álvaro Dias de demagogo, porque o Governador mandou também um projeto para esta Casa, depois de haver ficado na mão durante três longos anos e Vossa Excelência sabe disso.

Contudo, se Vossa Excelência já disse que não está em suas mãos, aceito a informação e aceite as minhas desculpas. Fiz esta afirmação em função do que me informou a Mesa, que talvez tenha cometido algum equívoco, não tenha tido maldade alguma. Agora então, o projeto sumiu, precisamos encontrar o projeto.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Agradeço o aparte do ilustre Deputado Ferrari Júnior, e realmente ele, na sessão de ontem, assim o afirmara, e eu me senti na obrigação de, como Presidente da referida Comissão vir esclarecer não só a este Plenário, mas também a esta Casa.

E aproveito a oportunidade, Senhor Presidente, Senhores Deputados para comentar as atuações da Comissão de Constituição e Justiça, durante o exercício de 1989.

Todos nós sabemos, que o ano passado foi um ano de imenso trabalho legislativo nesta Casa, porquanto, foi o ano da análise, da discussão, e posteriormente da aprovação e promulgação da nova Carta Constitucional do Estado do Paraná. E, também durante o decorrer do exercício de 89, quero aproveitar a oportunidade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para dizer da brilhante atuação que a Comissão de Constituição e Justiça, teve por todos os seus membros.

Aqui está em minhas mãos a sinopse dos trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça, durante o exercício de 89, nada menos do que 564 projetos, foram recebidos pela referida Comissão, e que a mesma ofereceu Pareceres favoráveis em 358 projetos de lei e apenas 20 projetos obtiveram Pa-



receres contrários, e que 64 ainda se encontram em poder dos Senhores Deputados Relatores. Foram feitas 83 diligências de projetos a órgãos externos e 24 projetos estão com os Senhores Deputados, com vistas requeridas e apenas 14 projetos se encontram em poder da Comissão, e isto em o seu encerramento em 21 de dezembro de 1989, das atividades legislativas do ano passado.

O que acontece, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que no decorrer deste exercício, logo que a sessão legislativa deste ano se iniciou, a partir de 15 de fevereiro próximo passado, e hoje nos encontramos a partir de 17 de abril, portanto, há dois meses e dois dias. E ainda, Senhor Presidente e Senhores Deputados, as Comissões Técnicas permanentes desta Casa ainda não foram instaladas para o seu normal trabalho com as tramitações dos projetos, no exercício de 1990. E eu tenho conhecimento de que, aproximadamente cem projetos, se encontram parados na Comissão de Constituição e Justiça, sem que ela possa oferecer sequer os seus Pareceres ou serem distribuídos aos Senhores Deputados, membros que comporão a comissão neste exercício de 1990, a fim de que os mesmos façam as suas análises e também apresentem seus Pareceres.

Aproveito, Senhor Presidente, para nesta oportunidade, solicitar de Vossa Excelência que mais uma vez solicite às lideranças de todos os partidos que têm assento nesta Casa, para que indiquem urgentemente os seus membros para comporem as comissões permanentes desta Casa, do contrário nós estaremos fadados, neste exercício de 1990, a continuar única e exclusivamente fazendo requerimento de comissões gerais para serem apreciados projetos no Plenário desta Casa. Incluo todos os partidos, e se não me falha a memória, até agora só o PRN apresentou os seus membros para comporem as comissões permanentes desta Casa.

Aproveito para apelar ao Senhor Presidente e a todos os Senhores Líderes partidários para que façam, nesta oportunidade, o mais urgente possível, as indicações dos Senhores Deputados para comporem as comissões permanentes desta Casa, porque senão, esta Casa não terá no exercício de 1990, o trâmite normal da análise dos projetos, dentro das comissões permanentes. Porque é lógico que a análise de projetos feitas por comissões gerais indicadas em plenário não é análise profunda que nós, Deputados, desejamos ter em todos os projetos. Porque lá nas comissões permanentes, através de todas as comissões relativas a cada projeto, é sempre uma análise mais profunda das matérias que vêm à discussão, nesta Casa.

Muito obrigado, Senhor Presidente, pe-

la oportunidade. Muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós fomos questionados, os demais partidos, pelo Deputado Cândido Bastos, com relação ao fato de não terem sido dados os nomes dos componentes das comissões. A verdade é que tudo o que o Senhor falou é em função, propriamente, do PMDB; que se desfigurou, se desmischui totalmente, e não se tem, até hoje, um percentual de cada Bancada, para se poder designar os Deputados para as comissões, exatamente em função desta mudança radical que houve dentro do PMDB. E quero crer que agora, Vossa Excelência Presidente, já tenha condições de dar a cada uma das Bancadas, os percentuais de cada partido para a formação das comissões internas da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o Horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PFL se fará uso do seu horário.

(Declina).

Consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

(Declina).

Consulto à Liderança do PDC se fará uso do seu horário.

(DECLINA).

Consulto à Liderança do PRN se fará uso do seu horário. Concedemos a palavra ao Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados. Nós falamos ontem, deste mesmo Plenário, sobre a posição da Bancada do PRN, composta por cinco Deputados desta Casa de Leis, rebatendo uma nota que saiu na imprensa e que teria sido prestada pelo então Líder do Governo nesta Casa, o ilustre Deputado Artágão Mattos Leão.

Falamos claramente, ontem, sobre esta posição. E não tivemos uma reunião de Bancada: Deputados Amélia Hruschka, Luiz Carlos Alborghetti, David Cheriegate, Antônio Bárbara, com o Presidente Regional do PRN Deputado José Carlos Martinez.

E depois tivemos oportunidade de, coincidentemente, ouvirmos o posicionamento do Deputado Martinez na televisão, no Canal 6. A posição do PRN é clara. Ficou estabelecido pelos Deputados que compõem a bancada e pelo partido na pessoa do Deputado Martinez, Presidente do PRN, a nossa posição aqui nesta Casa é de oposição aos assuntos políticos do PMDB que é o partido que governa este Estado e das mesmas posições do Governador Álvaro Dias. Não vamos votar contra os professores do Estado; não vamos votar contra os funcionários públi-

cos do Estado; não vamos votar para aumento de verbas e aumentos de despesas, absolutamente.

Vamos votar proibindo despesas desnecessárias do Governo do Estado do Paraná. É claro que votaremos, os 5 Deputados do PRN votarão abertamente a favor de todas as matérias administrativas de interesse do povo do Paraná. Matérias essas que forem encaminhadas pelo Senhor Governador do Estado.

Jamais deixaremos de votar e aprovar, se depender da bancada do PRN, jamais o Governador ficará sem verbas para obras importantes neste Estado. Mas, também, jamais conseguirá ele, nenhum tipo de manobra política neste Legislativo.

E conclamamos inclusive, as bancadas dos partidos que farão coligações com o PRN nas eleições que se avizinham, que mantenham o mesmo tipo de postura da bancada do PRN. Achamos nós que é a maneira melhor de se trabalhar politicamente pelo povo do Paraná.

Concedo o aparte ao ilustre Deputado João Arruda, líder da bancada do PFL.

O SR. JOÃO ARRUDA (Aparte) - Agradeço o aparte Deputado Ferrari Júnior para colocar a posição do PFL nesta Casa.

Fui incumbido evidentemente, como líder da bancada de colocar esse posicionamento porque nós temos sentido e temos notado ilustre Deputado que a bancada do PFL é chamada sistematicamente de governista nesta Casa. E todos sabem e os companheiros do PMDB desta Casa sabem disso, que nós fomos adversários farrenhos nas eleições passadas; os nossos companheiros são adversários dos companheiros do PMDB. E mesmo aqueles adversários que hoje não pertencem mais ao PMDB sabem disso; sabem dessa verdade.

Então, não existe nada de verdadeiro nesta posição de que a bancada do PFL é governista. Pelo contrário, nós somos oposição do PMDB. Nós não somos oposição do Paraná. Acho que todos nós viemos a esta Casa defender os interesses do Paraná. E, portanto, dentro de matérias que forem de interesse do Paraná tenho certeza que o Senhor Governador do Estado terá o apoio da bancada do PFL. Nas matérias políticas, não só do Governador, mas de qualquer bancada aqui que compõe a Assembléia Legislativa, é evidente que a bancada do PFL irá analisar esse projeto. Seremos contra qualquer tipo de projeto que seja de fundo político. Agora, de interesse do Paraná, evidentemente que nós estaremos a favor.

Muito obrigado.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Muito obrigado Deputado João Arruda. E essa posição do PFL se enquadra com a posição do PRN, do

do PDT, do PSDB, PT e todas as bancadas de oposição desta Casa. E com essa posição do PFL fica mais difícil manobras governamentais nesta Casa. E com esta posição da bancada do PFL é a oportunidade que surge para votarmos projetos de lei, comparados há pouco pelo Deputado David Cheriegate, que nós estamos apresentando, nós da bancada do PRN, todos os Deputados da bancada do PRN, concedendo o piso de três salários mínimos aos professores do Estado do Paraná. E o aumento real, o aumento de salário ou reajuste de salário fechando o mês de março, sem reajuste da inflação de janeiro, de fevereiro e de março. Todos nós juntos daremos ao funcionalismo público do Estado do Paraná aquilo que ele realmente merece, que é a atenção dos homens públicos deste Estado.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PTB, com a palavra.

(DECLINA).

PDT com a palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Toda a atividade de um governante que pratica a propaganda para criar um clima de forma que os seus atos venham a ser respaldados pela população a curto, médio e longo prazo, ela dará certo à medida que a mensagem que é dita na mídia se reflita com a realidade sentida pelo cidadão comum, porque senão, a curto prazo, cria-se um clima, mas a médio e longo prazo, como os seres humanos são diferentes dos animais porque pensam e refletem, no momento que se diz alguma coisa na mídia e na prática não se reflete no dia a dia do cidadão a propaganda se volta contra aquele que iria beneficiar-se.

E o Estado do Paraná hoje é um Estado que existe a realidade do cidadão comum, e existe a realidade da ficção da propaganda.

Hoje, o Paraná inteiro sente os reflexos de uma administração que fez coisas, sem dúvida, mas deixou outras por fazer. E a realidade educacional do Estado do Paraná é uma realidade deprimente.

É uma situação que o próximo Governo terá pela frente a responsabilidade primeira de reorganizar todo o sistema educacional do Estado do Paraná. Os pais de alunos de hoje, estão até de certa forma perplexos porque os seus filhos não têm aulas. E os filhos não têm aulas porque os professores estão em greve. E os professores estão em greve porque nunca na história do Paraná tiveram o achatamento salarial como a que hoje nós estamos vivendo.

A responsabilidade em primeiro lugar é do Governo que tem a obrigação de manter o diálogo com os seus funcionários. Que tem a obrigação de dar satisfação pública aos pais de alunos e que tem a obrigação de resolver, de gerenciar e de solucionar os problemas. Até porque a democracia, a política tem sido feita em que os homens públicos se colocam para serem votados pelo povo e nos debates, e nos programas de governo, esses homens públicos assumem todas as responsabilidades perante o povo.

Nós estamos sentindo de que não é possível a falta de comando, a falta de decisão, a falta de discussão, a falta de solução. E nós, do PDT, do Partido Democrático Trabalhista, que temos na liderança maior Brizola, e cuja proposta educacional está muito clara, não nas respostas do candidato a Presidente da República, mas em toda a sua vida pública quando exerceu cargos do Executivo.

Temos a obrigação de não estar nem à frente, nem atrás do movimento dos professores e dos pais dos alunos. Mas temos a obrigação de estar ao lado das reivindicações justas. E aproveitando este momento, Senhor Presidente Anibal Khury, aproveitando um precedente que já aconteceu nesta Casa, em que homens do povo aqui vieram assistir a debates e trazer os seus problemas, daqui a pouco chegam os professores da passeata, que vêm da Rui Barbosa até o Palácio Iguaçu, e certamente virão à Casa do povo para colocar... Um minuto para concluir Senhor Presidente... E eu faço aqui um apelo, porque a frente do Palácio Iguaçu hoje está repleta de homens, de homens de bem, que durante uma vida inteira trabalharam pelo Estado e, hoje reivindicam não apenas a questão salarial, mas a qualidade do ensino.

Portanto, Senhor Presidente Anibal Khury, apelo a Vossa Excelência que seja dado um espaço na tribuna desta Assembléia no final da sessão, para que de viva voz o representante da Associação dos Professores venha a este microfone, o microfone do povo, transmitir a nós, Deputados Estaduais, a verdadeira, o verdadeiro sentimento da categoria, e que nós possamos dar uma demonstração de democracia ouvindo a palavra do representante dos professores.

Aí eu faço um apelo a Vossa Excelência, para que no final da sessão abra o microfone ao representante dos professores, e um apelo aos Senhores Deputados, de todas as Bancadas, para que aqui permaneçam para ouvir, de viva voz, o reclamo dos senhores professores. Muito obrigado Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PL com a palavra.  
(DECLINA).

PMDB com a palavra.

(DECLINA).

PDS com a palavra.

(DECLINA).

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado João Arruda, na qualidade de líder do PFL, constante do expediente, indicando o meu nome para exercer as funções de Líder do Partido da Frente Liberal, nesta Casa de Leis.- À Diretoria Legislativa. Para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados David Cheriegate, Antônio Bárbara, Ferrari Júnior e demais Senhores Deputados devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. -Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. -Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. -Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Necessita de apoio. -Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. -Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução n° 101/89, que se encontra na pauta da Ordem do Dia de hoje.- Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação, acima aprovado:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 101/89 (Mensagem n° 124/89 Ex-Proposição n° 92/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza o Poder Executivo, através do ITCF, a alienar ao Senhor Teissim Tina, o imóvel constituído por lotes 73, 85, 101, 102 e 103, da Gleba Ribeirão do Tigre, Secção "A", da Colônia

Paranavaí, Município de Marilena, com área de 343,62 hectares. Aprovado, artigo por artigo.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 254/89, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEAO, que cria o Município de VIRMOND, desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 89/90, de autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que denomina "RODOVIA JOSÉ DE OLIVEIRA FABRÍCIO DOS SANTOS", a estrada que liga o Município de Juranda ao Município de Goioerê. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 120/90, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que concede remissão às operações com sal mineralizado, serviços de transporte por fretamento e fornecimento de energia elétrica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 14/90, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Assis Chateaubriand, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de BRAGANTINA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 22/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que altera a redação da Resolução n° 52 de 21 de novembro de 1989, conforme especifica.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 22/90

Inclua-se, no Projeto de Resolução n° 22/90 o seguinte artigo:

Art... O Cargo em Comissão de Procurador-Geral deste Poder, previsto no § 2° do Artigo 243 da Constituição Estadual, será remunerado com vencimentos iguais aos do Procurador Geral do Estado.

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Werner Wanderer,  
Ezequias Losso,  
Basílio Zanusso,  
Artagão Mattos Leão,  
Nereu Carlos Massignan,  
Erondy Silvério,  
Caíto Quintana,  
Valderi Mendes Vilela e  
Tadeu Lúcio Machado.

Emenda - Aprovada.

Ainda, sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, devidamente apoiada, constante do expediente.- A Mesa transforma em Projeto de Resolução, em separado.

Em votação o Projeto.- Aprovado.

O Projeto irá a 4.<sup>a</sup> discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 132/88, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a "SOCIEDADE OPERÁRIA BENEFICENTE 13 de MAIO", com sede e foro nesta capital. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 168/89, de autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que declara de Utilidade Pública a "CRECHE JOSÉ DO PATROCÍNIO DA SILVA", com sede e foro no Município de Luiziana. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 206/89, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEAO, que cria o Município de NOVA LARANJEIRAS, com território desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul, com sede na localidade de Nova Laranjeiras. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 219/89, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EVANGÉLICA CANA". EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 250/89, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a "CRUZADA SOCIAL COSME E DAMIÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA", com sede e foro nesta capital. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 272/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que altera o inciso I do Artigo 9° da Lei n° 8.933/89, e acrescenta o inciso III e § 1° ao artigo 10. (ICMS) Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Retirado pelo autor por 3 (três) sessões. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, o Projeto de Lei nº 272/89, por 3 (três) sessões.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 14/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública o "CLUB DE MÃES DO CONJUNTO GRALHA AZUL", com sede e foro na cidade de Curitiba. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 22/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que autoriza o Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, a elaborar o Plano de Cargos e Salários de seus funcionários estatutários. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA, por unanimidade.

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI Nº 022/90

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, visa autorizar o DETRAN a elaborar o plano de cargos e salários de seus funcionários estatutários.

Analisando-se a matéria presente, não encontramos óbice algum que possa impedir a normal tramitação desta por esta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

RUBENS BUENO

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia dos Projetos de Lei nºs 22, 23 e 27/90.- Rejeitado.

O SR. PAULINO DELAZERI (Pela ordem) - Senhor Presidente, quais os projetos de lei que sairão da Ordem do Dia com esse requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 2.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei nº 22/90, do Deputado Antônio Annibelli, folhas 03 do avulso. 2.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei 23/90, do Deputado Antônio Annibelli, e 2.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei nº 27/90, do mesmo Deputado.

O SR. PAULINO DELAZERI - Senhor Presidente, peço a palavra para encaminhar votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com

a palavra.

O SR. PAULINO DELAZERI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

São poucas as vezes que esse Parlamento tem a oportunidade de dar demonstração de que está disposto também a diminuir os seus privilégios, e são muito poucos os projetos de lei que tramitam nesta Casa que tratam desses privilégios.

E nesta tarde nós temos um projeto de lei de autoria do Deputado Antônio Annibelli que me parece muito importante que seja discutido, e mais Senhor Presidente, votado, porque não é a primeira vez que se tenta nesse Parlamento transferir privilégios para funcionários públicos. Eu quero dizer Senhor Presidente, Senhores Deputados que a isenção para as contribuições dos inativos é um privilégio que nós precisamos transferir para os funcionários públicos, e eu quero votar ainda nesta tarde esse projeto de lei favoravelmente, por isso voto contrariamente ao requerimento do Deputado Caíto Quintana.

É isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Gostaria em primeiro plano de dizer que não temos manifestação nenhuma, no presente momento, nem a favor, nem contra a matéria que está em votação. Ontem nós oferecemos a esses três projetos de lei, um pedido de que os mesmos fossem enviados às Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa, para que pudessem ser analisados na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Finanças os impactos que possam criar no próprio benefício que se possa tentar gerar.

Infelizmente os requerimentos ontem não foram votados, e seria inconseqüente de minha parte, repisar um requerimento, pedindo para mandar para a C.C.J., visto que na primeira votação, o Plenário da Casa vota a Constitucionalidade do Projeto, então é evidente que a constitucionalidade pelo sim, pelo não, foi votado. O que nós tencionamos Deputado Paulino Delazeri, é apenas podermos discutir a questão dos projetos que estão sendo votados nessa Casa por Comissão Geral; são projetos profundos. Durante a Constituinte, lembram Senhores Parlamentares, que durante a Constituinte nós tivemos inicialmente em discussão com as lideranças partidárias a

isenção, por exemplo, da contribuição da previdência aos aposentados.

No curso das discussões se chegou a conclusão que não era um privilégio de todo justo, porque como tem aposentados com um salário, tem aposentados com 30 salários. No segundo turno das votações limitou-se em cinco salários mínimos. No final por decisão de lideranças e desse Plenário na Constituinte, houve por bem a constituinte não votar a isenção porque nós não tínhamos a certeza de como ficaria a disponibilidade do próprio IPE em pagar as pensões, caso as suas receitas diminuíssem significativamente. O que nós estamos propondo é que por esta retirada, nós tenhamos tempo de conversar, de levantar dados, números para que a Assembléia possa votar conscientemente, sabendo se isto não vai representar um desfalque na contribuição do IPE, que possa gerar dificuldade de o IPE poder inclusive pagar os seus pensionistas.

Nós após este levantamento possivelmente votaremos a favor da matéria, mas, nós gostaríamos que a Assembléia na hora que votasse, pudesse responder quando questionada, de que ela fez um levantamento e sabe que poderá suportar o Instituto.

O outro Projeto que nós estamos pedindo a retirada é aquele que autoriza o DETRAN, elaborar o plano de cargos e salários. Também não é constitucional. Não é constitucional porque o DETRAN pertence para a administração direta do Executivo.

Não é o DETRAN que vai fazer o seu Plano de Cargos e Salários. Nós queremos discutir isto no âmbito da constitucionalidade, para que este parlamento não vote açodadamente matérias que possam posteriormente ser vetadas sob alegação de inconstitucionalidade.

E um outro que estabelece critérios para a liquidação de débitos junto ao Instituto de Previdência do Estado, da mesma forma, Deputado Antônio Martins Annibelli, lembra Vossa Excelência que somei com Vossa Excelência, inclusive na Constituinte para que houvesse um prazo estabelecido via Constituição para liquidação dos débitos.

No entanto, recorro que naquela oportunidade o Deputado Lauro Lobo Alcantara apresentava dados de que existem débitos do IPE também para com o erário do Estado. Tem que levantar tudo isto para ver como vai se proceder esta liquidação.

Então, o pedido Deputado Antônio Martins Annibelli, de retirada de sessões para votação, foi apenas para que nós possamos juntos com as lideranças analisar estes projetos modificá-los talvez, ou aprová-los na totalidade, mas, mediante um levantamento completo das situações que fo-

rem feitas.

Concedo o aparte ao Deputado Mário Pereira.

O Sr. Mário Pereira - Deputado Caíto Quintana, o Projeto nº 22/90...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa pede "vênia", para esclarecer que em encaminhamento de votação, não é permitido aparte.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Obrigado, Senhor Presidente.

Deputado Mário Pereira poderá encaminhar em separado.

Eu pediria "vênia" aos Senhores Parlamentares, para que nós realmente colocássemos a Assembléia no valor de um Poder que analisa a profundidade das coisas e que nós possamos dar resposta perante a comunidade dos atos que praticamos aqui.

Não há razão para não retirar por poucos dias e discutir a questão e vir com ela detalhada, para podermos então votar, e eu acredito Deputado Antônio Martins Annibelli, que votarei favoravelmente com Vossa Excelência, inclusive nos dois que trata do IPE, mas gostaria de ter mais conhecimento para não inviabilizarmos o próprio IPE.

Obrigado.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Mário Pereira para encaminhamento de votação.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A retirada, para melhor estudo nas Comissões Permanentes desses três projetos, eu acho que é importante, em função de que o Artigo 39 da Constituição Federal determina seja adotado Regime Jurídico Único e Planos de Carreira.

Esse projeto de lei autoriza o Departamento de Trânsito a elaborar um Plano de Cargos e Salários, o que é diferente de um Plano de Carreira.

Plano de Cargos e Salários, na verdade não cria uma carreira, e, hoje o Estado está obrigado a ir além de Planos de Cargos e Salários, que aliás o DETRAN já tem, pois, faz parte do Quadro Geral CLT do Estado ou do Quadro Geral Estatutário.

Portanto, o que está se discutindo, agora, é a criação de um plano de carreira, porque um plano de cargos e salários pode ser um degrau para se chegar à carreira. Portanto, acho importante que as comissões estudem, realmente, esse projeto do Deputado Antônio Annibelli.



Com relação ao Projeto de Lei nº 27/90, eu queria informar, Senhor Presidente, que nós temos quarenta e um mil inativos no Estado contribuintes do IPE não para efeitos de aposentadoria e sim de pensão e pouco mais de sessenta mil estatutários ativos. Portanto, retirar a contribuição dos inativos é deixar o IPE com, aproximadamente, metade apenas da sua receita.

O IPE está, agora, encaminhando um estudo com cálculo atuarial, buscando o fortalecimento da instituição verificando a possibilidade de gerir também as aposentadorias, transformando-se, efetivamente, num Instituto de Previdência responsável pelo pagamento dos inativos e dos pensionistas, estudando a nova taxa de contribuição do funcionário e a partitipação do Estado, reforçando, dentro desse projeto, o patrimônio do IPE, buscando que este reforço patrimonial, com transferência de imóveis do Estado para o Instituto de Previdência, possa gerar receita e fortalecer o instituto.

O Instituto de Previdência, cálculo atuarial, feito há alguns anos atrás, demonstrava que ele deveria se inviabilizar por volta de 1988. Nós conseguimos uma redução do número de funcionários praticamente pela metade, de 1900 (mil e novecentos) para 920 (novecentos e vinte) o que deu uma sobrevida ao IPE, que agora passa por dificuldades, por isso, busca-se uma reformulação no Instituto de Previdência no momento da edição do Regime Jurídico Único, quando perto de cinquenta mil celetistas passarão a descontar IPE e, por isso, um amplo estudo terá que ser feito para se analisar as consequências em termos de assistência médica e o aumento da Receita, projetando o IPE para os próximos dez a quinze anos.

Por isso que é importante, voto com o Deputado Caíto Quintana, uma análise detalhada sobre a questão séria e complexa, que é o Instituto de Previdência do Estado.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Para encaminhar, Senhor Presidente.  
(Assentimento).

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

A solicitação do Líder do Governo, Deputado Caíto Quintana, respaldada pelo ex-Secretário da Administração do Governo Álvaro Dias, quase me comoveram. Porém, durante o tempo em que tive a honra de ser Deputado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro, tive também a felicidade de apresentar esses mesmos projetos, os quais foram aprovados pela Assembleia Legislativa e foram vetados pelo Go-

vernador Álvaro Dias.

Causa-me estranheza quando o Líder do Governo e o ex-Secretário Mário Pereira vem pedir tempo a esta Casa para que possamos apreciar melhor estes projetos, quando Sua Excelência, Secretário da Administração, durante três anos responsável pela política salarial e de cargos e carreira do Governo do PMDB, está devendo a esta Casa, não só como Secretário, mas também como Deputado, que com o seu trabalho que pode ser considerado de regular à frente da Secretaria da Administração ficou devendo a esta Casa e ao Paraná, um Plano de Cargos e Salários, não só para o DETRAN, mas para todos os Funcionários Públicos do Paraná.

Se o IPE que já não atende mais ninguém no Interior do Paraná e cito o Município de União da Vitória, que tenho a honra de representar nesta Casa. Município que teve o pedido de desfiliação de todos os médicos e dentistas, porque não recebiam salário digno, que as farmácias que era obrigação do Governo e do IPE, de fornecer com preços melhores aos seus funcionários, não atendiam porque as prateleiras estavam vazias e o Senhor Mário Pereira e o Líder, meu querido amigo Caíto Quintana, fazem com o que o Deputado Annibelli seja sensível aos apelos quando eu pertencia à Bancada do PMDB.

Saí do PMDB exatamente por não poder cumprir os meus compromissos com a minha gente do Interior. Eu sentia vergonha de ver reclamações a cada dia que passava nos municípios, que eu andava e aqui desta tribuna, do outro lado, com muita honra hoje, no Partido da Social Democracia Brasileira, ao lado do grande Governador José Richa e de Mário Covas, a quem eu tive a honra de apoiar na última campanha Presidencial, mas não dá meu Líder Caíto Quintana, não dá mais para deixarmos, o Governador já vetou, esta Assembleia já aprovou, vamos novamente cumprir a nossa missão de Legislativo, fazendo com que os nossos compromissos sejam honrados e o Governador, as suas Secretarias, o IPE, que assessorem o Governador e que vetem, mas que enfrentem de frente na televisão, os funcionários públicos, como está enfrentando os professores.

Se o IPE está falido é culpa do Governo que não paga a parte patronal, quando em qualquer firma é exigida a parte patronal aí está o Senhor Romeu Tuma, para pôr na cadeia quem não cumpre a parte do patrão. Nós queremos que o Governo cumpra a sua parte e nós iremos cumprir a nossa.

Eu sou funcionário público. Sou citado no Paraná como "marajá". Tenho a honra e a dignidade de ser funcionário desta Casa, de ter entrado aqui com 18 anos, como funcionário, um bedel do Protocolo e ter che-



gado ao cargo maior de Presidente, mas sempre com dignidade e honra, não aceito imposições de gente que não tem vergonha na cara, meu querido Deputado Cadeia.

Se precisar usar a sua tribuna, o Canal 6, dos nossos adversários do PRN, eu irei usar, depois de usar esta tribuna para contar a verdade ao Paraná, que eu não sou "marajá", eu tive a honra e a dignidade de aprender aqui nesta Assembléia, sendo funcionário até do Deputado Anibal Khury e aprender a trabalhar e a amar esta Casa.

"Marajá", é quem usa recursos próprios para benefícios pessoais. Eu sempre cumpro a minha obrigação e aqui estou ao lado dos meus colegas funcionários públicos, defendendo um direito que é seu, que foi tirado pelo Governo e que o Governo não cumpre a sua parte pagando o IPE e fazendo do IPE hoje, uma vergonha, que até o Governador do Estado pensa em anexar a um instituto qualquer, talvez querendo tomar o patrimônio que é de todos os funcionários.

Por isso, Senhor Presidente, nós iremos votar contra o requerimento do Deputado Caíto Quintana, que hoje graças a Deus não tem mais a maioria para impor a vontade do Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação, o requerimento.  
Rejeitado.

Em votação o Projeto n° 22/90. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 23/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que estabelece critérios para liquidação de débitos do Estado junto ao Instituto de Previdência do Estado - I.P.E. relativos às contribuições previdenciárias patronal. EM REGIME DE URGÊNCIA, Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA, por unanimidade.

#### COMISSÃO GERAL

##### PROJETO DE LEI N° 23/90

#### P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Antônio Annibelli, o presente plano de lei tem por finalidade de estabelecer critérios para liquidação de débitos do Estado junto ao IPE relativos as contribuições previdenciárias patronal.

Analisando-se a matéria do referido projeto de lei, vê-se que esta atende ao chamado constitucional, ou seja, o artigo 38 das Disposições Transitórias da Constituição Estadual. Pois, pretende regulamentá-lo.

Por outro lado, a dívida do Estado com o IPE tem dois aspectos fundamentais: o econômico e o ético. O processo de quita-

ção do débito implicará em repor aos cofres do IPE as quantias que irão sem dúvida ajudar na sua manutenção. Já na questão ética, o Estado na qualidade de empregador e uma das fontes de recursos para o IPE, não pode deixar de cumprir a sua parte, quando a contribuição do empregado é descontada e recolhida regularmente. E a qualidade do serviço prestado está diretamente ligado aos recursos da instituição.

Assim sendo, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela aprovação do Projeto de Lei N° 23/90.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

HERMAS BRANDAO

Relator

Em discussão.

2ª Discussão do Projeto de Lei n° 23/90...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Apenas como justificativa, eu gostaria de deixar claro nesta Casa, embora eloquente o pronunciamento do Deputado Annibelli, que a nossa Bancada está votando, inclusive, a favor dos projetos. O que eu disse da tribuna: nós não somos contra o projeto. Nós gostaríamos que se analisasse melhor, passasse nas Comissões para saber se está ajudando ou prejudicando o IPE essa isenção de todos os aposentados, desde aquele que tem salário até aquele que tem trinta, quarenta salários recebendo como aposentado. Eu tenho receio que a caixa do IPE fique quebrado e não possa pagar nem sequer os benefícios aos seus servidores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Parecer n° 23/90. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 27/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que isenta os servidores inativos da contribuição ao Instituto de Previdência do Estado - I.P.E.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. MÁRIO PEREIRA (Pela ordem) - Quero que fique registrado o meu voto contrário ao Projeto n° 27/90.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

#### COMISSÃO GERAL

##### PROJETO DE LEI N° 27/90

#### P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do

Nobre Deputado Antônio Annibelli, visa isentar do pagamento de contribuição ao Instituto Previdenciário do Estado - I.P.E. os servidores inativos.

A medida aqui apresentada tem cunho altamente meritório, já que, tem ela procedência social. Pois, ela objetiva isentar os funcionários e serventuários filiados ao IPE que durante as suas carreiras foram assíduos contribuintes junto a Previdência. Assim sendo, é justo que estes sejam beneficiados, tal qual fez o Governo Federal no âmbito da Previdência Social, que no dia 1º de maio de 1986, o Senhor Presidente da República, José Sarney, encaminhou mensagem ao Congresso Nacional, cancelando a contribuição dos inativos, como um dos primeiros passos para o resgate da dívida social brasileira. Resgatar a dívida social do Brasil com os seus idosos é uma pequena mas importante tarefa dentro do esforço geral de democratização de nossa sociedade, da qual o Estado do Paraná dela não pode e nem deve se furtar. O nosso Estado deve mostrar que está em linha com essa filosofia humana, expressa aqui, no ato de beneficiar os segurados inativos do IPE.

Por outro lado, analisando-se a matéria quanto ao seu aspecto constitucional e legal, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação desta por esta Augusta Casa.

Isto posto, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY  
Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO  
Relator

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 55/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que declara de Utilidade Pública o "LAR PRESERVAÇÃO DA VIDA", com sede e foro na cidade de Maringá. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 56/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE", com sede e foro na cidade de Santa Fé. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 82/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.808, de 30 de junho de 1988. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº

84/90, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a "OBRA KOLPING REGIONAL DO PARANÁ", com sede e foro no Município de Guarapuava. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 103/90, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de Utilidade Pública o "MINISTÉRIO EVANGÉLICO PRÓ-VIDA - MEPROVI", com sede e foro em Palmeira. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 179/90, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DAS PESSOAS DEFICIENTES DE NOVA ESPERANÇA - APEDENE", com sede e foro na cidade de Nova Esperança. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 25/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que cria no âmbito do Instituto de Previdência do Estado - I.P.E. o Hospital do Servidor. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 02 de 19.02.90).

Sobre o referido projeto, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, e o envio às Comissões dos Projetos de Lei nºs 25 e 26/90.- Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento conservem-se como estão. APROVADO.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, permite? (Assentimento). V.Exa. constatou a aprovação do Requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprovado o Requerimento.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI (Pela ordem) - Verificação de Votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à Verificação de Votação. Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento do Deputado Caíto Quintana queiram levantar-se.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO (Pela ordem) - Antes de proceder, qual o teor do Requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Lê teor do Projeto nº 25/90 e 26/90).

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Qual o Requerimento do Deputado Caíto Quintana?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ele quer a retirada da Ordem do Dia.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela ordem) - Senhores Parlamentares, eu estou apenas requerendo que esses dois projetos sejam encaminhados às Comissões para que as Comissões dêem um Parecer. Vejam, nós estamos votando um projeto que cria o Hospital do Servidor, no IPE, ao mesmo tempo estamos votando a isenção da contribuição dos aposentados. Quer dizer, com que recurso? O outro projeto que está isento de ICMS a aquisição de taxi e não estamos estipulando nem sequer a passagem na CCJ para saber se é constitucional ou não, na Comissão de Finanças para saber o que isto repercute na própria Receita do Estado. Nós não estamos votando contra. Nós estamos pedindo que seja mandado para as Comissões pertinentes para que se possa analisar com mais profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento do Deputado Caíto Quintana queiram levantar-se. (Pausa). Onze (11) Senhores Deputados aprovam. Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se (Pausa). Vinte e dois (22).

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela ordem) - Senhor Presidente, apenas para registrar que esses projetos foram aprovados sem nem sequer ser lido o parecer geral desta Casa. Enquanto de um lado estamos falando em aumentar o salário do servidor, por outro estamos votando projeto e mais projeto isentando receitas do Estado. Eu não sei como vai ficar para que se possa cumprir aumentos de salário, construção de obras, quando estamos sangrando o Estado, sem nem sequer nos preocuparmos em passar pelas comissões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 1ª discussão do Projeto de Lei n° 216/90 do Deputado Algaci Túlio.

O SR. CÂNDIDO BASTOS (Pela ordem) - Senhor Presidente, um esclarecimento. Com relação a esses projetos que foram agora mesmo apreciados, o requerimento do Deputado Caíto Quintana. Eu pergunto a V.Exa. se esses projetos têm pareceres em comissão geral ou não? Os Projetos 25 e 26/90.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa laborou num lapso e vai submeter à votação. O relator do Projeto de Lei n° 26/90 é o Deputado Algaci Túlio; o Deputado Ezequias Losso é o relator do Projeto

de Lei n° 25/90. Os Senhores Deputados que aprovam os pareceres permaneçam como estão. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 26/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que isenta do Imposto de Circulação de Mercadorias (I.C.M.S.) na aquisição de veículos para o serviço de táxis de profissionais autônomos no Estado do Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 02 de 19.02.90).

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 216/90, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que isenta do pagamento de taxas de confecção de cédula de identidade os maiores de sessenta e cinco anos. (Publ. no DA. n° 37, de 09.04.90).

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 216/90

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, tem por objetivo isentar do pagamento das taxas de confecção de Cédula de Identidade, os maiores de sessenta e cinco anos.

Colhe-se dos termos da justificativa que a medida em exame tem por finalidade dar cumprimento ao Decreto n° 98.963, de 16.02.90, que dá nova redação ao artigo 2°, do Decreto n° 98.250, de 27.12.83, que regulamenta a Lei n° 7.116, de 29.08.83.

A proposta busca fazer com que o objetivo latente da lei que originou o benefício seja atingido.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY  
Presidente  
JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO  
Relator.

Projeto e Parecer: Aprovados.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 11/90, de autoria do Deputado José Rogério de Carvalho e outros, que autoriza a realização de plebiscito no Município de Honório Serpa, criado pela Lei n° 9.184, para opinar sobre a instalação, com as divisas que especifica. (Publ. no DA. n° 26, de 26.03.90).

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 24/90

PARECER:

O presente projeto de resolução, de autoria do Deputado José Rogério e outros, que tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a sua instalação.

O projeto de resolução atende ao disposto no Art. 19, § 1°, II, da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

NAMIR PIACENTINI

Relator.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, qual o Projeto que está em votação?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Casualmente é do colega de Vossa Excelência, o Deputado José Rogério Carvalho.

O parecer do Relator é favorável. Os Senhores Deputados que aprovam o projeto conservem-se como estão. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 24/90, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para a criação do Município de Nova Santa Bárbara. (Publ. no DA. n° 37, de 09.04.90).

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 24/90

PARECER:

O presente projeto de resolução, de autoria do Deputado Nereu Massignan, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Nova Santa Bárbara.

O projeto de resolução em tela atende ao disposto no Art. 19, § 1°, II, da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

JOÃO ARRUDA

Relator.

O SR. PAULINO DELAZERI (Pela Ordem)- Senhor Presidente, parece-me que foi alterada a ordem de votação, conforme a Ordem do Dia dos Projetos n°s 214 e 215/90, que não foram submetidos à votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Em votação o projeto. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 214/90, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito o Município de TAMARANA, com território desmembrado do Município de Londrina, com sede na localidade do mesmo nome e limites e confrontações do Distrito Administrativo. (Publ.no D.A. n° 37 de 09.04.90).

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

PARECER

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 214/90

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem a finalidade de criar o Município de TAMARANA, desmembrado do Município de Londrina.

Em análise da referida proposição vê-se claramente tratar-se de justa medida consubstanciada na vontade da comunidade interessada. Além do que, a matéria encontra-se em conformidade com os dispositivos legais vigentes.

Isto posto, opinamos favoravelmente pela aprovação do referido projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente.

ORLANDO PESSUTI - Relator.

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 215/90, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que regulamenta o artigo 45 da Constituição Estadual. (Dispõe sobre os veículos oficiais). (Publ.no D.A. n° 37 de 09.04.90).

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

PARECER

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 215/90

PARECER:

O projeto de lei em tela, visa regulamentar o art. 45 das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Magna Estadual dispondo que o uso de veículos ofi-

ciais será regulamentado em lei, no prazo de cento e oitenta dias da promulgação da Constituição Estadual.

A medida ora proposta, além de atender o citado dispositivo Constitucional, vem de encontro à necessidade de diminuição dos gastos públicos, a exemplo do Governo Federal. Cabe ao poder público dar uma quota de sacrifício, visando que o povo brasileiro há muito tempo vem sendo sacrificado.

Chamada a opinar, esta Comissão Geral se pronuncia FAVORAVELMENTE a medida ora proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 17.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

BASÍLIO ZANUSSO - Relator.

Ainda, requerimentos de autoria dos Srs. Deputados Caíto Quintana e Eduardo Baggio, constantes do expediente, solicitando a retirada a Ordem do Dia o Projeto de Lei n° 215/90. Prejudicados.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem)  
- Sr. Presidente, é o n° 215/90? É requerimento de quem, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É do Deputado Eduardo Baggio e do Deputado Caíto Quintana.

O SR. PEDRO TONELLI - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu requeiro encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar a votação, com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, demais presentes. O projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan é um projeto que há muito tempo deveríamos tê-lo discutido e aprovado aqui, nesse Parlamento. E aliás, não é de agora, foram muitas as tentativas que houveram no sentido de regulamentar o uso de carros oficiais pelos 3 Poderes, aqui, no nosso Estado. E lembro muito bem que houve uma luta árdua no ano passado durante o processo constituinte, em que se deveriam efetivamente ter, traçado algumas normas gerais que regulamentassem o uso de veículos oficiais, veículos que deveriam exclusivamente ser utilizados a serviço público. Como não o foram protelados para as leis complementares, então em boa hora o nobre Deputado Nereu Carlos Massignan, apresenta um projeto. Um projeto que regulamenta no âmbito

de todo o Poder Público Estadual no Paraná.

Quanto ao mérito, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não há qualquer dúvida quanto à moralidade da proposta ou pelo menos da boa intenção do autor desse projeto ora em discussão. Quer o proponente regulamentar o uso de veículos oficiais no âmbito do Poder Público. Quanto ao projeto que está em discussão neste momento e que nós queremos discuti-lo, nós não queremos que seja retirado da Ordem do Dia, nós concordamos com o mérito, mas nós temos algumas críticas quanto ao seu conteúdo, o conteúdo do projeto. Então nós queremos alterá-lo, apresentaremos na sessão de amanhã, várias emendas, várias emendas que procuram ajustar e tornar o uso de carros oficiais o minimamente necessário e naqueles casos que são necessários o uso de carro oficial.

Porque como está o projeto do Deputado Nereu Carlos Massignan, é óbvio que não dá para aprová-lo, porque amanhã, as ambulâncias que transportarão o nossos doentes que são carros oficiais também não poderão ser utilizados. Somente quem poderá utilizar carro oficial é o Presidente Anibal Khury, o Presidente Abrahão Miguel do Tribunal de Justiça, o Governador do Estado Álvaro Dias e o Vice Ary Queiroz, os demais não podem utilizá-los. Acho que temos que regulamentar de tal forma, que fique claro as necessidades básicas que se fazem necessárias para o uso de carros oficiais. Isso sim. Então é necessário um ajustamento do projeto, que nós concordamos, que o PT concorda e esse Parlamentar vai lutar para que ele seja aprovado, para que não se use mais carro oficial sem justificativa de serviço público.

Então nós vamos cometer aqui uma dose tipo "Collor de Mello", vamos aplicar às vezes um remédio e vamos exagerar na dose e vamos acabar matando o paciente. Se aprovado esse projeto do Deputado Nereu Carlos Massignan como está, amanhã os bandidos vão de Santana Quantum e a Polícia terá que correr atrás a pé, porque a Polícia Civil e a Polícia Militar também usa carro oficial, carro do Poder Público.

Então quero deixar marcado aqui: sou contra a aprovação do requerimento que retira da Ordem do Dia; temos que regulamentar o quanto antes. Só que chamo a atenção dos nobres Pares para o mérito da matéria que nós vamos discuti-la hoje, vamos discuti-la amanhã porque o projeto é plenamente constitucional, então concordo com ele no mérito de hoje, que a matéria é plenamente constitucional e na tarde de amanhã, espero que todos os Parlamentares contribuam para que, de agora em diante, nem o Poder Executivo, nem o Poder Legislativo, nem o Poder Judiciário, tenham

mais poder de lei para abusar dos carros oficiais e para usá-los fora dos serviços públicos pré-determinados que este Parlamento decidirá amanhã e depois de amanhã nas discussões que ocorrerão, e com as emendas apresentadas e aprovadas que visam ajustar esta boa intenção apresentada pelo nobre Deputado Nereu Carlos Massignan.

Era isto, Senhor Presidente. Era isto, Senhores Deputados.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em primeiro lugar estamos discutindo a regulamentação do artigo 45 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição que todos nós discutimos e aprovamos. O artigo 45 diz o seguinte: "O uso de veículos oficiais do Estado do Paraná será regulamentado dentro de 180 dias da data da promulgação desta Constituição".

Muito bem. Os 180 dias se esgotaram no dia 05 de abril. No dia 05 não houve sessão na Assembléia. A primeira sessão foi realizada no dia 09 e eu cumpri com a determinação constitucional e apresentei o projeto. Porque fui o autor do artigo que determinou a regulamentação do uso do veículos oficiais.

Faço esta argumentação para que não haja comentários jocosos, - como tenho visto, de que este projeto está na moda, porque hoje se regula carros oficiais pelo Governo Collor. Quando esta emenda foi aprovada na Constituinte, o Presidente Collor era candidato. Então não está na moda. Estamos cumprindo com a Constituição.

Foi uma coincidência com o Governo Collor? Foi. E eu diria até feliz, porque nos ajuda a pesar no argumento aqui; porque se o Governo Federal está fazendo isto, nós, o Governo do Estado, também deveremos fazer. Nós aqui do Paraná temos o compromisso também de regulamentar o uso de carros oficiais.

Quero também deixar claro uma outra questão em relação a isto. Em primeiro lugar, não apresentei o projeto apenas para marcar posição pessoal. É evidente que aqui uma convicção minha de que os carros de representação devem ser regulamentados. Porque se não forem regulamentados, os veículos de representação vão continuar sendo objeto de escárnio da opinião pública. Porque hoje, pergunto aos Parlamentares se Vossas Excelências têm coragem de

sair com placa de bronze andando pelo Paraná e enfrentando a opinião pública ...

O SR. PEDRO TONELLI - Eu tenho.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Vossa Excelência é um privilegiado da opinião pública. Espero que não aconteça com Vossa Excelência o que aconteceu com o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, que disfarçava a placa de bronze em Florianópolis usando a placa fria, amarela, em cima da placa de bronze ...

O Sr. Pedro Tonelli - Eu uso placa de bronze há três anos e meio, Deputado, só que nunca fui à praia.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Aconteceu aquilo que Vossa Excelência sabe lá em Florianópolis. Gostaria que Vossas Excelências fossem ali fora e perguntassem aos seis mil professores que lá estão, se estão de acordo que Parlamentar, que todo o tipo de Juiz de Direito, que Secretários de Estado, Chefes de Gabinete, qualquer cargo comissionado, autorizem o uso de veículos oficiais. Perguntassem à opinião pública se além de usar o veículo oficial é legítimo, é moral, é ético, usar a placa fria.

Tenho recebido críticas porque usei o carro oficial. É verdade. Mas, a medida que apresentei, o projeto é uma forma de fazer a autocritica, de reconhecer que este comportamento não era correto. Não me inibiu, não tenho vergonha.

Tenho a dignidade de reconhecer que usei publicamente o carro oficial; mas, a partir do momento em que apresentei o projeto fiz a entrega à primeira Secretaria da Assembléia. O que está em jogo aqui é o comportamento ético dos Poderes. Ou se regula o uso de carro oficial ou não se regula nada. Porque na medida em que o Poder Público não tem regulamentos rígidos, éticos, de conduta exemplar, o próprio uso da verba pública fica dispensado de qualquer outra fiscalização. O Poder não pode ser absoluto, necessariamente o Poder é relativo, porque o Poder não é de quem o detém, mas de quem o eleva, que é o povo. E o povo tem esta condicionante do Poder, que é a fiscalização, mas acima do direito de fiscalização o povo tem o direito da indignação, que é rejeitar os comportamentos não regulamentados em relação ao Poder.

Quando eu apresentei este projeto eu disse, e a imprensa publicou, que queria criar polêmica. Realmente é um projeto polêmico. O Deputado Pedro Tonelli observa que as ambulância, os carros da polícia, da COPEL, da SANEPAR, que são carros de serviço poderiam sofrer restrições.

Eu argumentaria que estamos aqui tratando dos carros de representação. Mas não há problema nenhum. Eu peço, nobre Deputado Pedro Tonelli, que Vossa Excelência contribua com o projeto, apresente emendas de exceção em relação a estes casos para deixar o projeto mais claro. Não estou aqui defendendo absolutamente a aprovação como está o projeto. E neste sentido venho dar a minha contribuição a esta Assembléia e aos Senhores Parlamentares no sentido de que apresentem as emendas. Vamos corrigi-lo e melhorá-lo. Mas não vamos nos omitir da regulamentação! Não vamos fazer com que a nossa Constituição seja letra morta! Não vamos acelerar a indignação da opinião pública em relação a este Poder, que é o Poder que tem o sustentáculo da democracia e da representação popular, mas para manter esse sustentáculo da sua representação é necessário que ele corresponda e sinta lá fora o índice da indignação popular em relação ao comportamento daqueles que detêm a parcela do Poder.

A contribuição que eu quero, Senhores Parlamentares, é através das emendas, da discussão e do aperfeiçoamento do Projeto. E Vossas Excelências têm essa oportunidade porque não vai ser preciso votar o requerimento do Deputado Eduardo Baggio e do Deputado Caíto Quintana pedindo a retirada da Ordem do Dia.

Solicito, Senhor Presidente, que este projeto seja retirado da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões e que todos os Senhores Deputados tomem conhecimento do projeto, e durante essas dez sessões dêem suas contribuições através de emendas. Mas vamos votá-lo hoje quanto à constitucionalidade, porque esta não está em jogo. A Constituição do Estado determina a regulamentação. Portanto é constitucional. O mérito e o aperfeiçoamento faremos nos próximos dez dias através das emendas dos Senhores Deputados.

Deixarei de tomar iniciativa de emendas para que Vossas Excelências contribuam e ajudem na regulamentação daquilo que o povo exige de seus representantes. Que o Poder esteja condicionado à vontade da opinião pública.

Muito obrigado!

O SR. FERRARI JÚNIOR - Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra o Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR - (Questão de Ordem) Senhor Presidente, o Deputado Nereu Massignan solicitou retirada do seu projeto. Não poderia deixar de falar a respeito de projeto, pelo menos rapidamente.

É preciso, Senhor Presidente, nobres

Senhores Deputados, que se faça uma observação. Ouvindo o discurso do Deputado Nereu Carlos Massignan parece que o Deputado tem um carro último tipo, "rabo de peixe", dois motoristas à disposição, gasolina à disposição no posto, conserto e oficina à disposição, tudo à disposição ... dinheiro, uma mordomia. Mas é preciso que se diga também à opinião pública que não é assim: tenho no meu gabinete um carro que pertence à Assembléia Legislativa do Paraná e que é usado - e qualquer Deputado pode ir lá agora e perguntar por que é usado - única e exclusivamente no transporte de doente que vem do interior para a Capital. Só para isto é usado este carro. A gasolina é o Deputado que coloca, conserto, qualquer coisa que aconteça com o carro é despesa do Deputado. Se a matéria vir para votação vamos votar favoravelmente.

Agora eu acho que ela precisa realmente é de regulamentação. Porque se não vai acontecer conosco, o que eu disse na tribuna um dia desses, falando sobre o projeto do Governador a respeito das mansões. O Governador usou a mansão três longos anos e agora quer fazer média com a opinião pública, dizendo que vai vender a mansão.

Então nós estaríamos cometendo o mesmo erro que o Governador cometeu nessas circunstâncias. Utilizar um veículo para transporte de doentes, eu acho que não é pecado nenhum, e a grande maioria dos deputados usa o seu veículo, embora todas as despesas, cem por cento das despesas do veículo, saia do bolso do Deputado, ele utiliza em serviço. O que é imperdoável, Senhor Presidente, é qualquer cidadão utilizar um carro público para serviço pessoal, para ir ao supermercado, para passear com a família, isso é imperdoável, mesmo com o seu dinheiro da gasolina. O Deputado Pedro Tonelli, fez uma observação correta, daqui a pouco, não tem ambulância para transportar doente, a polícia não tem carro, então esse projeto tem que ser estudado e regulamentado, não é por aí, não é esse o caminho.

Eu acho que, lembra bem o Deputado Anibelli, talvez não seja a função do Deputado, mas os Deputados desta Casa, acredito que todos, fazem assistência social com esses veículos, transportando pessoas enfermas que vêm dos seus Municípios, em busca do Deputado que cobre todas as despesas, porque o Governo do Estado não faz esse tipo de atendimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai considerar a sugestão do Deputado Nereu Carlos Massignan, e para bom encaminhamento dos trabalhos, de votar na sessão de hoje, sobre a constitucionalidade e retirar o projeto e enviar às Comissões com-



petentes, segundo os requerimentos dos Deputados Caíto Quintana e Eduardo Baggio.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presidente, são dez sessões, se for para as Comissões competentes nós vamos votar esse projeto o ano que vem.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Deputado as dez sessões estão incluídas na competência das Comissões.

Em votação o projeto. Aprovado, retirado por dez sessões, Comissão de Justiça para parecer.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 25/90, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para a criação do Município de Boa Esperança do Iguaçu. (Publ. no D.A. n° 37 de 09.04.90).

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 025/90

PARECER:

O presente projeto de resolução, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Boa Esperança do Iguaçu.

O projeto de resolução em tela atende ao disposto no Art.19, § 1°, II, da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.04.90

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Relator.

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 26/90, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para a criação do Município de Cruzeiro do Iguaçu. (Publ. no D.A. n° 37 de 09.04.90).

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 26/90

PARECER:

O presente projeto de resolução, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a

criação do Município de Cruzeiro do Iguaçu.

O projeto em tela, atende ao disposto no art. 19, § 1°, II, da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.04.90

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Relator.

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de n° 825, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 841, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 851, de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 828, 829, 837, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 836, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 830, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO - (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão, para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

O SR. PAULO FURIATTI - (Questão de Ordem) - Senhor Presidente. Nós havíamos feito uma proposta de que no final da Sessão, representantes dos professores, ocupassem a tribuna.

Como eles estão concentrados rente ao Palácio Iguaçu, houve a proposta de que retornassem amanhã e aqui, usassem também da palavra. Mas a informação que nós dispomos, é que amanhã tem uma sessão Solene.

Então, o adequado seria, e eu faço a consulta a Vossa Excelência, se nós tivéssemos esta mesma oportunidade ao final de uma sessão Ordinária, que não seja amanhã, e que seja depois de amanhã, para que nós possamos ouvir os professores na Tribuna desta Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa, após a sessão de depois de amanhã, mantendo a tradição, dará a palavra aos professores.

Requerimento de n° 824, de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Em discussão.

O SR. FERRARI JÚNIOR -(Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão, para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimentos de n°s 832, 833, 834, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 838, 839, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 840, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 843, de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 844, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 846, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 857, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 854, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, com apoio dos Srs. Deputados Paulo Furiatti, Basílio Za-

nusso, Orlando Pessuti e demais Srs. Deputados, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Solene para quarta-feira, dia 18, às quinze horas e trinta minutos, destinada a entrega de Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Aloysio Weber e Título de Cidadão Benemérito do Paraná, aos Senhores Carlos Alberto Pereira e Oliveira, Jeorge Christofis, Rubens Armando Brustolin, José Alberto Pereira Ribeiro e Ariovaldo de Mello Arantes.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 177/87, 50/90 e 181/90.

4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 22/90.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 259/85, 132/88, 168/89, 205/89, 206/89, 219/89, 250/89, 14/90, 22/90, 23/90, 27/90, 55/90, 56/90, 82/90, 84/90, 103/90, 179/90 e do Projeto de Resolução n° 101/89.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 25/90, 26/90, 214/90, 216/90 e dos Projetos de Resolução n°s 11/90, 24/90, 25/90 e 26/90.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 84/88, 225/89, 233/89, 269/89, 392/89, 398/89, 20/90, 21/90, 29/90, 105/90, 176/90, 204/90 e dos Projetos de Resolução n°s 09/90 e 31/90.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 43/90 e 44/90.

Levanta-se a sessão.